



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**A HORTA COMUNITÁRIA DO CIDADE NOVA
RESISTÊNCIA E AUTONOMIA POPULAR**

MARIA CLARA CAMARGO FREIRE

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO AMERICANA**

**A HORTA COMUNITÁRIA DO CIDADE NOVA
RESISTÊNCIA E AUTONOMIA POPULAR**

MARIA CLARA CAMARGO FREIRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Doutor Antonio de la Peña

Foz do Iguaçu

2024

MARIA CLARA CAMARGO FREIRE

**A HORTA COMUNITÁRIA DO CIDADE NOVA
RESISTÊNCIA E AUTONOMIA POPULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Antonio de la Peña García
UNILA

Prof. Doutora Carolina Cadima Fernandes Nazareth
UNILA

Prof. Doutora Patrícia dos Santos Pinheiro
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

"A luta pela terra e pela comida é a luta pela vida."

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido a partir da minha experiência ao participar dos processos de construção da Horta Comunitária do Cidade Nova, em diálogo com os demais integrantes desse espaço, resultando em um relato etnográfico. Parte-se do pressuposto de que as hortas comunitárias urbanas ocupam um ponto de tensão entre os desafios da urbanidade e a potencialidade do trabalho comunitário de cultivo de alimentos, constituindo-se assim, como uma força de resistência dentro da cidade. A pesquisa apresenta uma reflexão teórica a respeito de como a urbanidade molda a cotidianidade e a subjetividade dos sujeitos, seguida do relato etnográfico que explora aspectos estruturais do trabalho e das atividades desenvolvidas pela Horta Comunitária do Cidade Nova.

RESUMEN

Este trabajo se desarrolló a partir de mi experiencia al participar en los procesos de construcción de la Huerta Comunitaria de Cidade Nova, en diálogo con los demás integrantes de este espacio, resultando en un relato etnográfico. Se parte del supuesto de que las huertas comunitarias urbanas ocupan un punto de tensión entre los desafíos de la urbanidad y el potencial del trabajo comunitario de cultivo de alimentos, constituyéndose así como una fuerza de resistencia dentro de la ciudad. La investigación presenta una reflexión teórica sobre cómo la urbanidad moldea la cotidianidad y la subjetividad de los sujetos, seguida del relato etnográfico que explora los aspectos estructurales del trabajo y de las actividades desarrolladas en la Huerta Comunitaria de Cidade Nova.

ABSTRACT

This paper is a result of my experience participating in the construction processes of the “Horta Comunitária do Cidade Nova”, in dialogue with the other members of this organization, resulting in an ethnographic account. It is based on the premise that urban community gardens occupy a point of tension between the challenges of urbanity and the potential of community organizing and food cultivation work, thus constituting a force of resistance within the city. The research presents a theoretical reflection on how urbanity shapes individuals' daily lives and subjectivities, followed by an ethnographic account that explores the structural aspects of the work and activities carried out by the Cidade Nova community garden.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Captura de imagem do Google Earth
- Figura 2** - Mutirão de limpeza do rio Almada
- Figura 3** - Trilha de Monitoramento das Áreas de Mata Atlântica
- Figura 4** - Captura de imagem do Google Earth
- Figura 5** - Foto aérea realizada com drone da área de plantio da Horta Comunitária
- Figura 6** - Fotografia da “parte de baixo” no início do plantio agroflorestal
- Figura 7** - Fotografia da “parte de baixo” depois de alguns meses do início do plantio agroflorestal
- Figura 8** - Coração de uma bananeira
- Figura 9** - Pé de mamão com frutos ainda verdes
- Figura 10** - Borboleta pousada na Flor de Cosmos
- Figura 11** - Abelhas pousadas na Flor da Bucha
- Figura 12** - Besouros pousados na Celósia
- Figura 13** - Abelha pousada na Flor de Cosmos
- Figura 14** - Panfleto de convite para o Mutirão na Horta Comunitária
- Figura 15** - Sal Temperado da Horta
- Figura 16** - Sal Temperado da Horta
- Figura 17** - Panfleto de convite para a Oficina de Fermentação
- Figura 18** - Oficineiro finalizando o processo da bebida fermentada de abacaxi
- Figura 19** - Bebida produzida na Oficina de Fermentação
- Figura 20** - Óleo produzido na Oficina de extração de propriedades das plantas medicinais para o uso corporal e de cozinha a base de óleo
- Figura 21** - Fotografia de encerramento da atividade de produção do óleo
- Figura 22** - Criança irrigando muda de árvore
- Figura 23** - Crianças pescando
- Figura 24** - Criança assando peixe na fogueira
- Figura 25** - Crianças na cama-elástica
- Figura 26** - Criança em um dia de atividades na Horta Comunitária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A URBANIZAÇÃO DO SER.....	15
2.1 A CIDADE E A MATRIZ COLONIAL DO PODER.....	15
2.2 O MERCADO E A INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	20
2.3. A DICOTOMIA NATUREZA X CULTURA.....	22
3. A HORTA COMUNITÁRIA DO CIDADE NOVA.....	25
3.1 O BAIRRO, O MONOCULTIVO, A MATA E O RIO.....	28
3.2 O SISTEMA AGROFLORESTAL.....	33
3.3 AS OFICINAS.....	43
3.4 AS CRIANÇAS.....	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	57

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas culturais latino-americanas se constituem em uma relação de tensão e disputa entre a colonialidade, enquanto mecanismos de poder capitalistas que possibilitam a continuidade das hierarquias epistêmicas, espirituais, raciais e de gênero instituídas nesse território a partir da colonização, e a decolonialidade, entendida aqui a partir da conceitualização de Walter Mignolo (2007) como “la energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad, ni se cree los cuentos de hadas de la retórica de la modernidad”. Ou seja, a partir desta perspectiva, e em consonância com o pensamento do sociólogo Stuart Hall (2006), a Cultura é compreendida enquanto um local de disputa de forças sociais, históricas e políticas. E quando falamos da cultura latino-americana, as forças que tensionam a realidade estão vinculadas com o processo da colonização deste território, tanto em relação aos impulsos do poder colonial e da consolidação da colonialidade dentro da lógica de funcionamento do capitalismo, assim como em relação também à força de resistência dos indivíduos colonizados e dos que seguem lutando para a superação das nossas amarras coloniais. Desta maneira, a perspectiva de Cultura sobre a qual este trabalho está construindo segue se aproximando da concepção de Hall, uma vez que o autor afirma que “A cultura é o terreno onde hegemonias são construídas e desafiadas” (Hall, 2006).

Um grande exemplo de dinâmicas culturais que coexistem dentro desta relação de conflito paradigmático entre a colonialidade e a decolonialidade são as relações de produção e consumo de alimentos, que se diferenciam quando analisamos as lógicas do agronegócio e o sistema industrial alimentar, enquanto a forma hegemônica de produção de alimentos fruto da empreitada do desenvolvimento técnico-científico do capitalismo, e a (re)existência de outros sistemas alimentares frutos da “organização sócio-cultural de populações tradicionais, indígenas, afrodescendentes, ribeirinhas, etc., que resistem à imposição desse modelo, através do resguardo de seus conhecimentos, manutenção de suas práticas e conservação da biodiversidade para reprodução delas” (Benvegnú e García, 2020). Assim, a esfera da alimentação, de sua produção e consumo, exemplifica como podemos afirmar que as dinâmicas culturais latino-americanas se constituem em uma relação de tensão e disputa entre a colonialidade e a decolonialidade.

Apesar de os principais exemplos de contraposição ao sistema alimentar

capitalista estarem situados dentro do contexto das populações “tradicionais”, existem movimentos que mesmo distantes deste contexto se posicionam frente às tecnologias coloniais/capitalistas do agronegócio e buscam formas distintas de produção e comercialização de alimentos, como seria o caso, por exemplo, das Feiras Orgânicas, das CSA’s (Comunidade que Sustenta a Agricultura)¹, das Hortas Comunitárias dentro dos assentamentos do MST e das Hortas Comunitárias Urbanas. Essas organizações entre comunidade representam uma força contrária que resiste a forma hegemônica de produção da realidade fomentada pelo modelo capitalista, entendido aqui a partir da conceitualização de capitalismo enquanto uma “red global de poder integrada por processos económicos, políticos y culturales, cuya suma mantiene todo el sistema” (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007).

Nesse sentido, se torna necessário ampliarmos o entendimento sobre movimentos culturais decoloniais que desafiam a hegemonia cultural colonial para além do contexto de comunidades tradicionais, de maneira que o desenvolvimento do modelo capitalista a partir do colonialismo, construiu uma realidade na qual indivíduos de distintos contextos culturais se posicionam contrários ao poder hegemônico e configuram uma força de resistência. Esse é o caso dos movimentos de resistência urbana, que através da organização popular entre pessoas que compartilham de uma mesma vivência na cidade, lutam para transformá-la. Conjuntamente com essa perspectiva é necessário compreender a cidade interligada com as relações de poder coloniais e capitalistas, tema que será central no capítulo seguinte, para assim, compreendermos os movimentos de resistência urbana dentro do espectro da decolonialidade.

É a partir dessa concepção que neste trabalho será construído um relato etnográfico sobre a existência da horta urbana Horta Comunitária do Cidade Nova (doravante Horta Comunitária ou, somente Horta), com o objetivo de explicitar suas potencialidades e dificuldades, uma vez que está localizada, justamente, neste ponto de tensão entre a urbanidade (materialização da relações sociais do projeto de desenvolvimento colonial/moderno/capitalista) e a organização comunitária que aponta para o caminho contrário, buscando autonomia popular e alimentar na (re)construção de uma outra relação com a natureza e entre os sujeitos envolvidos nessa prática.

A relevância das hortas comunitárias urbanas se dá devido a sua significativa

¹ CSA, Comunidade de Sustenta a Agricultura, é um modelo de agricultura sustentável que busca encurtar a cadeia de comercialização retirando intermediários para que a compra de alimentos seja realizada diretamente com os produtores rurais.

contribuição enquanto uma alternativa para o combate à insegurança alimentar, impregnada na realidade social latino-americana, demonstrando a maneira pela qual através da organização comunitária e territorial se torna possível remediar a insuficiência do mercado e do poder público em garantir com segurança a alimentação da população e assim, apresentam na prática a autonomia no cuidado para com as pessoas que compartilham um mesmo território e uma mesma realidade. Ademais, a importância desses espaços se estende para além da autonomia na produção de alimentos, ao se materializarem também enquanto um espaço de lazer, de revitalização ecossistêmica e de educação, pontos que serão centrais no discorrer do texto.

As Hortas Comunitárias Urbanas, constituem um movimento que embora ainda esteja em processo de conceitualização, por existirem em distintos contextos sociais, culturais e espaciais, compartilham entre si o fato da produção de alimentos organizada de forma coletiva em um espaço comum, como demonstram distintos estudos de caso que vem com exponencial frequência sendo realizados². Apesar de, possivelmente, estar se encaminhando a conceitualização das Hortas Comunitárias Urbanas, ainda é fato as particularidades de cada espaço, que podem variar, por exemplo, em relação a situação legal do terreno, podendo ser uma propriedade privada na qual o espaço é cedido para a realização da horta, público e gerenciado pelo poder municipal, ocupado pelos integrantes da ação, etc. A forma de produção de alimentos também varia, de maneira que existem hortas que produzem alimentos de maneira convencional, com o uso de defensivos agrícolas e fertilizantes químicos, enquanto outras optam por uma produção agroecológica e auto-sustentável. Assim também diferem o grupo de pessoas que trabalham nestes espaços, que podem estar vinculadas devido ao fato de morarem em um mesmo bairro ou por compartilharem ideais políticos em comum, destoando ainda em relação às suas particularidades econômicas, sociais, raciais e de gênero.

Desta maneira, não é possível afirmar que todas as hortas comunitárias urbanas representem um projeto explicitamente articulado à uma ação contra-hegemônica e no qual seus integrantes estejam também comprometidos com um direcionamento ideológico nas ações realizadas no espaço das hortas, assim, integrá-las de maneira generalizada enquanto parte de “la energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad” seria talvez um equívoco. Portanto, para realização deste trabalho, que pretende entender as relações culturais existentes

² Uma busca no Google Acadêmico com a entrada “Hortas Comunitárias Urbanas” apresenta aproximadamente 20.700 resultados. Não parece que os trabalhos apresentam Hortas Comunitárias Urbanas enquanto um conceito.

dentro deste espaço de disputas epistemológicas, será analisada uma horta urbana e comunitária de produção agroecológica, geográfica e socialmente inserida dentro do contexto periférico das cidades brasileiras e com integrantes do coletivo comprometidos politicamente com a transformação da realidade, ou seja, um espaço que possui em sua configuração a potencialidade de um formato organizativo alternativo às lógicas hegemônicas coloniais/capitalistas.

A escolha do tema do presente trabalho está estritamente vinculada com o meu envolvimento nas atividades da Horta Comunitária Agroflorestal do Cidade Nova que teve início no ano de 2022, data em que eu havia me mudado para Foz do Iguaçu para cursar Antropologia na UNILA, e que continua até o momento presente, o que desencadeou o fato deste trabalho estar escrito em primeira pessoa e estar intrinsecamente atrelado com as minhas experiências pessoais ao longo destes últimos anos. Para que essa proposta se efetivasse, como principal ferramenta de pesquisa foi utilizado o método etnográfico, com o intuito de construir um relato sobre a Horta Comunitária a partir da minha observação ao participar ativamente de suas atividades, de informações coletadas com o uso de entrevistas semi-estruturadas, e, também a partir de uma análise conceitual a respeito do contexto social no qual a Horta está inserida.

Ainda em relação a metodologia, gostaria de enfatizar o meu comprometimento enquanto pesquisadora de trabalhar a partir de um vínculo intrínseco entre teoria e prática, pois para além do “caráter constitutivo do Olhar, do Ouvir e do Escrever na elaboração do conhecimento próprio das disciplinas sociais” (Oliveira, 1996), acredito que o Fazer desempenha um papel fundamental para a construção do pensamento científico ao complexificar a teoria e, assim, expandir seus limites.

A defesa do Fazer alinha-se à compreensão crítica da edificação colonial da ciência moderna enquanto a maneira mais legítima de produção do conhecimento, na qual a partir da ilusória concepção da racionalidade encerrada no pensamento e na escrita, marginalizou-se outras tecnologias pertencentes ao conhecimento popular, como o imperativo popular de “aprender fazendo”. Assim, gostaria de explicitar o fato de que a escrita etnográfica deste trabalho baseada no conhecimento adquirido através do trabalho de campo e do estudo teórico permeia-se também da minha trajetória individual, dos aprendizados que tive a oportunidade de adquirir “fazendo”. Como nos momentos em que estive me organizando em espaços de luta que reivindicam a ruptura com paradigma capitalista que produz a realidade na qual, como coloca Ailton Krenak, “sentimo-nos como se estivéssemos soltos num cosmos

vazio de sentido e desresponsabilizados de uma ética que possa ser compartilhada”. Nesse sentido, ainda em consonância com o pensamento de Krenak, acredito que “se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir nossa mente para alguma cooperação entre os povos”. As dinâmicas produzidas dentro do movimento popular organizado, como se configuram o espaço da Horta Comunitária do Cidade Nova, nos permitem enxergar para além da cegueira individualista moderna citada por Krenak, e ver que a partir da construção da autonomia comunitária e da retomada de tecnologias ancestrais de produção de alimentos se torna possível tomarmos as rédeas da nossa experiência existencial.

Portanto, a pesquisa justifica-se também no entendimento de que é dever dos sujeitos comprometidos com a superação da hegemonia branca e europeia e com a construção de uma sociedade intercultural pautada na justiça racial, social e ambiental, fazer “apologia sistemática” das sociedades destruídas pelo imperialismo (Césaire, 2010), o que perpassa o aprendizado e a conexão com outros modos de funcionamento, próprios das epistemes excluídas no processo “civilizatório” da colonização, para construção de uma nova realidade.

Assim, a partir do objeto de construção de um relato etnográfico sobre a Horta Comunitária do Cidade Nova, pretendo explicitar o fato de que a organização periférica e comunitária em um espaço público em favor da auto-produção de alimentos saudáveis e do incentivo à práticas de autonomia comunitária, representa uma força de resistência, que posiciona-se contrária a maneira hegemônica de organização das relações sociais pautada na mercantilização da terra, dos alimentos e da vida. Para isso, primeiramente, será analisada a maneira pela qual a urbanidade, enquanto o contexto no qual as Hortas Urbanas se inserem, moldam a relação dos indivíduos com a terra, com os alimentos e com a ideia de natureza.

2. A URBANIZAÇÃO DO SER

O contexto urbano, no geral, em que se inserem as Hortas Comunitárias Urbanas, e a cidade de Foz do Iguaçu, em específico, que se localiza a Horta Comunitária do Cidade Nova, delimitam as dinâmicas e relações que constituem o espaço e a forma de organização da Horta. Por esse motivo, este capítulo tem como intuito destrinchar um pouco essa contextualização, trazendo reflexões a respeito da terra e do território, da alimentação e da subjetividade dos sujeitos, já que estes pontos se mostram como aspectos importantes que são atravessados e moldados pela urbanidade. Além disso, as partes seguintes deste

capítulo tem por intuito explicitar a maneira pela qual as dinâmicas da urbanidade moldam a realidade e a experiência existencial dos indivíduos, para nos direcionar a conceitualização do que eu denominei de Urbanização do Ser, que, nesse sentido, abrange a relação estabelecida entre nós e a terra, o alimento e a natureza a partir da consolidação das cidades como centrais na organização territorial dos países latino-americanos desde a colonização destas terras.

2.1 AS CIDADES E A MATRIZ COLONIAL DO PODER

A colonialidade é um conceito crítico que tem por objetivo explicitar que o processo de independência dos países colonizados não rompeu com as lógicas coloniais, as quais continuaram a ser a força motriz de produção da realidade a partir da construção dos Estados Nacionais latino-americanos até os dias atuais. Essa afirmação está corroborada a partir das colocações do filósofo Aníbal Quijano, quando ele diz que

“La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana”. (Quijano, 2007)

A partir dessa concepção, pode-se afirmar que, dentro das continuidades das relações coloniais, manejadas pelo capitalismo no plano material da existência, se insere a conformação fundiária do território brasileiro, constituída pela concentração fundiária do espaço agrário e pela alta densidade demográfica e desigualdade social nos grandes centros urbanos das cidades latino-americanas.

Em relação a concentração fundiária do espaço agrário, podemos entender a continuidade da lógica colonial, e portanto, racial, uma vez que visualizamos o fato de que mesmo após o processo de independência jurídica do Brasil e a seguinte abolição da escravidão, existem terras que continuaram sob posse das mesmas famílias dos donos das fazendas escravocratas, que passaram a configurar a elite econômica local do país (Martins, 1986). De maneira que as populações colonizadas e escravizadas - indígenas e africanos - continuavam inseridos nesse sistema enquanto mão de obra para as grandes fazendas agrícolas, efetivando-se, assim, a continuação da configuração colonial e racial da concentração fundiária deste território desde a invasão europeia (Martins, 1986).

Depois do processo de independência cristalizado no dia 7 de setembro de 1822, seguiu-se a criação das normas legais que passaram a organizar legislativamente a sociedade brasileira. Dentre elas temos a Lei de Terras de 1850, a qual outorga que a aquisição de terras só pode ser realizada exclusivamente através da compra, e a lei

Eusébio de Queiróz, também de 1850, que pioneira das Leis Abolicionistas, prevê medidas para interromper o tráfico de escravizados. Em um artigo sobre concentração fundiária, a professora Alcione Ferreira da Silva da Universidade Estadual da Paraíba, chama a atenção para o caráter simbólico do fato das duas leis terem sido criadas no mesmo ano, afirmando que

ao passo que o Império anunciou que africanos não seriam mais traficados para o Brasil, foi estabelecido que a população negra, ainda que liberta, não deveria ser dona de parte desse solo, pois, sendo a terra um bem comercial, no sistema escravocrata dificilmente os grupos que ocupavam a base da pirâmide social poderiam ter acesso ao poder de compra. (Silva, 2021)

Este exemplo serve para ilustrar a maneira pela qual a legislação brasileira configurou-se com o intuito de assegurar que, mesmo depois do processo de independência, e da abolição que se encaminhava, as estruturas de poder do período colonial continuassem a vigorar. A concentração de terra estava, assim, garantida na mão dos filhos, netos, bisnetos, etc., dos colonizadores brancos europeus, tal como ditam as normas raciais do padrão mundial de poder capitalista.

Posteriormente, com a Revolução Industrial no século XIX e a consequente modernização da produção agrícola no século XX, a espacialidade geográfica do Brasil passou por uma radical modificação com o crescimento dos centros urbanos. O fenômeno que ficou conhecido como Êxodo Rural foi motivado por diferentes causas, dentre elas pode-se citar a venda das pequenas propriedades de terra, das quais seus donos, sufocados pelos latifundiários, acabaram coagidos a vender suas terras e migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida, assim como também a tecnificação do trabalho agrícola realizado nas fazendas criou uma massa de pessoas desempregadas que se viram forçados a ir para as cidades em busca de empregos, por sua vez, ofertados pelo crescente número de fábricas e indústrias que se conglomeraram nas cidade. A consequência destes processos é explicitamente perceptível no nosso cotidiano, como podemos observar por exemplo nos estados brasileiros do Paraná e de São Paulo, nos quais no meio urbano, convivemos com a superlotação das cidades grandes e o acelerado crescimento das cidades do interior, enquanto que no meio rural, viajamos quilômetros e quilômetros pelas estradas com a mesma paisagem vista pelas janelas do carro, plantações de monoculturas que se estendem para além do horizonte visível.

A espacialidade das cidades, portanto, também explicitam essa lógica, uma vez que consideremos, por exemplo, a diferença entre os centros das cidades e suas periferias como dois espaços que marcadamente se diferenciam social e racialmente. A população economicamente privilegiada se localiza, majoritariamente, nos centros das cidades, ou no geral em bairros com maior infraestrutura, enquanto que os indivíduos socialmente vulneráveis, e em grande maioria não-brancos, vivem em bairros precarizados, com difícil

acesso aos centros das cidades (Nakano, 2022). Desta maneira, entendemos como “as relações sociais grafam o espaço” (Santos, 2012), moldando a relação dos indivíduos com a cidade, que pode ser uma relação privilegiada ou precarizada.

Acredito que a partir da exposição desta sequência de acontecimentos ao longo dos últimos séculos, é possível a concepção do meio urbano latino-americano enquanto produto e materialização da lógica da matriz colonial e capitalista.

Localizando-nos agora na cidade de Foz do Iguaçu, com o intuito de desenhar os traços que contornam a Horta Comunitária do Cidade Nova, a construção histórica, social e geográfica da cidade se mostra didaticamente como um exemplo do processo de formação urbana ligada a matriz colonial e capitalista de poder. Foz do Iguaçu se encontra no extremo oeste do Paraná e é uma das cidades que formam a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Primeiramente, se faz necessário pontuar que

A região começou a ser tomada (desbravada) pelos europeus no início do século XVI, com as missões jesuíticas e as investidas bandeirantes. Antes dos portugueses e espanhóis chegarem, a região oeste do Paraná era habitada por populações nativas, predominantemente os Guaranis e os Caingangues (Pires, Zanella e Oliveira, 2012)

Posteriormente à invasão europeia deste território, seguiu-se a fundação do município de Foz do Iguaçu, por sua vez, motivada pela Guerra do Paraguai, com o intuito de marcar a ocupação desta fronteira brasileira. Apesar de compartilhar dinâmicas sociais semelhantes a outras cidades pequenas do interior paranaense ao seu redor, a cidade foi impactada por um processo de urbanização acelerado, que a diferencia de seu entorno, explícito no crescimento demográfico da cidade, que de 1960 a 1980 passou de 28.080 habitantes para 136.320, segundo dados oficiais da prefeitura. A vinda de pessoas de diversas regiões do país, e de outros países, para cá foi possível a partir da assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, acordado entre governos ditatoriais do Brasil e Paraguai da época, que desencadeou a construção da usina hidrelétrica binacional, Itaipu.

O deslocamento das pessoas que vieram para este território pela oportunidade de trabalhar na construção da usina se insere, em parte, dentro do processo do êxodo rural acima descrito, de maneira que muitas famílias que vieram trabalhar na Itaipu haviam perdido seus empregos ou terras devido ao avanço dos latifúndios no espaço agrícola brasileiro juntamente com a tecnificação do trabalho no campo, que ao substituir parte da mão de obra braçal pelo uso de maquinários agrícolas, significou para donos das propriedades a possibilidade de maior acúmulo de capital e, conseqüentemente, significou para os trabalhadores a perda de seus empregos e a migração em busca de melhores condições de vida. Além dos migrantes brasileiros, houve também uma intensa imigração de paraguaios, que por diversos motivos, partiram igualmente em busca de trabalho nas

obras da Itaipu. Entretanto, ao chegarem à Foz do Iguaçu,

Segundo reportagens com relatos dos acontecimentos da época, mesmo com toda a infraestrutura instalada para receber e abrigar as pessoas que vieram com a construção da Itaipu, muitos eram os problemas com alimentação, moradia e saúde. Muitos reclamam das dificuldades em conseguir uma residência digna para morar e alimentação a preço viável (Pires, Zanella e Oliveira, 2012)

Ademais, com a construção da usina finalizada, as famílias que não foram inseridas como mão de obra no seguinte funcionamento da Itaipu, se encontravam, então, novamente sem uma fonte de renda segura, e agora distantes de seus territórios de origem. Esse cenário desencadeou o crescimento dos bairros periféricos da cidade e o crescimento do número de pessoas dependentes de trabalhos informais para obtenção de dinheiro, enquanto que os lucros obtidos pela hidrelétrica se destinaram aos investimentos no setor turístico de Foz do Iguaçu, o que fez da cidade se constituir hoje como um dos principais pontos turísticos do Brasil.

Para além das múltiplas histórias dos barrageiros, a outra imponente narrativa que atravessa a construção da hidrelétrica é a trajetória de extermínio e deslocamento forçado dos indígenas que viviam nas margens do rio Paraná. Com a formação do lago de Itaipu, uma grande extensão de terra foi alagada, na qual se localizavam aldeias indígenas, em sua maioria, Guarani. Uma parte das famílias foi retirada com antecedência da área que seria alagada, processo no qual “perderam uma quantidade de terra que chegava a 1.500 hectares e foram transferidos para uma reserva de apenas 250 hectares destinada pela empresa Itaipu” (Barros, 2012). Além disso, algumas aldeias nas quais seus integrantes resistiam à expulsão, ou então as que não foram avisadas no tempo necessário para saírem do local, tiveram suas casas alagadas e seus parentes levados pelas águas do Paraná. As famílias que foram forçosamente realocadas, passaram a viver em um território com aspectos geográficos distintos do seu local de origem, rodeados por plantações de monocultivos que infectam e afetam sua produção de alimento dentro da aldeia. Dessa maneira, passaram a existir em condições desfavoráveis para a continuidade de suas dinâmicas culturais, em uma realidade que os impele a irem para as cidades atrás de trabalhos informais para conseguir comprar alimentos e levar para suas famílias nas aldeias.³

Portanto, o que se evidencia é que, o discurso da modernidade utiliza da retórica da salvação e do progresso ao mesmo tempo que se materializa na consolidação de uma realidade socialmente desigual e racialmente hierárquica, de maneira que a população

³ As informações disponibilizadas foram obtidas por mim pessoalmente através de conversas com moradores, professores e estudantes da UNILA durante visitas à Tekoha Ocoy em São Miguel do Iguaçu e à Tekoha Natete em Diamante D'oeste, duas aldeias indígenas que são fruto do realocamento manejado pela Itaipu depois da construção da usina.

branca existe a partir do seu privilégio econômico e cultural construído através da invasão territorial e da seguinte obtenção do lucro em cima da exploração do trabalho de indivíduos não-brancos, repassado através de gerações em forma de heranças monetária ou de bens, enquanto que as populações negras e indígenas se inserem de forma marginalizada dentro das relações sociais e espaciais da sociedade brasileira. Dessa forma, uma das expressões visíveis da “lógica opresiva y condenatoria de la colonialidad” (Mignolo, 2007) é a configuração social e espacial das cidades, como é o caso de Foz do Iguaçu, na qual a elite econômica local é dona de grandes extensões de terra destinadas à monocultura, e que vive na cidade, juntamente com classe média, em situação privilegiada em relação ao acesso aos meios necessários para uma existência digna, enquanto que o restante da população se encontra em regiões com menos infraestrutura e afastadas do centro cidade e, portanto, com difícil acesso aos espaços de trabalho e lazer.

Assim, podemos afirmar que as relações de terra e território se materializam na espacialidade das cidades, e portanto, no espaço em que está inserida a Horta Comunitária do Cidade Nova. Essa perspectiva será primordial para o entendimento da Horta enquanto uma dinâmica que emerge em práticas de resistência à essa distribuição e organização desigual da sociedade. Pois, o trabalho coletivo de plantio agroecológico em um espaço público e aberto para todas as pessoas é constitutivamente contrário às lógicas coloniais e capitalistas de produção da realidade.

2.2. O MERCADO E A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Com a consolidação da realidade brasileira funcionando a partir da dualidade campo - cidade, sustentada a partir da concentração fundiária de um lado e da desigualdade social do outro, molda-se um sistema alimentar insuficiente para garantir a alimentação da população brasileira, já que nesse sistema a obtenção de alimentos nos centros urbanos ocorre quase que estritamente a partir do consumo em mercados. Os sujeitos mais prejudicados dentro desse sistema de alimentação são as classes populares tanto urbanas, quanto rurais. Isso porque, na produção e no abastecimentos dos mercados, os pequenos produtores rurais não conseguem competir com os grandes produtores sendo prejudicados em sua principal atividade de geração de renda, enquanto que na cidade, os sujeitos com menor poder aquisitivo não conseguem obter de forma satisfatória a quantidade e a qualidade necessárias de alimentos para suas famílias.

Este é o plano de fundo das palavras de Joelson Ferreira, agricultor assentado da reforma agrária e fundador da Teia dos Povos, quando ele diz que

Uma das vitórias mais poderosas do capitalismo no Brasil foi retirar nossa condição de sobrevivência mais básica. Hoje, estamos reféns dos supermercados e seus preços. (...) Estamos falando de um capitalismo que avançou no sentido de transformar comida em mercadoria e, ao mesmo tempo, nos tem tirado as condições de produção de nossos alimentos. (Ferreira e Felício, 2021).

Em sua colocação, evidencia-se o fato de que este cenário é produto de uma estrutura de poder mais ampla - o capitalismo agrário - que afeta significativamente a relação de produção e consumo da população com os alimentos. O principal mecanismo que possibilita o funcionamento desta estrutura é a suplantação de um modelo de organização da realidade em detrimento de outros modelos, essa suplantação está estritamente conectada com a hierarquização de culturas construída a partir da lógica colonial, uma vez que “a colonialidade se perpetua nas sociedades colonizadas a partir de uma racionalidade da modernidade ocidental, que tratam - continuamente - de desqualificar formas de conhecimentos de outrem” (Benvegnú e García, 2020). A consequência dessa hierarquização cultural é, justamente, o fato de que a forma de produção de alimentos hegemônica, construída a partir da racionalidade da modernidade ocidental, suplanta os sistemas alimentares tradicionais, que passam a ser vistos sob a ótica de sistemas “alternativos” e menos eficientes.

No campo, portanto, a homogeneização da forma de produção e dos alimentos que são produzidos dentro dos latifúndios de monoculturas significam, em última instância, a sobreposição da narrativa homogeneizadora do colonizador em relação às outras culturas que constituem o corpo social do Brasil, como os camponeses, quilombolas, indígenas, etc. Os camponeses, por exemplo, são severamente afetados pela hegemonia do agronegócio, pois os que não perderam suas terras para os latifundiários, não conseguem dentro da lógica do mercado competir com os grandes produtores que assentam sua produção em tecnologias agrícolas advindas, primordialmente, da Revolução Verde, como os transgênicos, os maquinários, e a patente de sementes. Sobre isso, Joelson Ferreira pontua que:

As leis de patentes - construídas injustamente em cada país para defender os interesses dos lucros em detrimento da vida - seguiram sendo um escudo para submeter as populações camponesas de todo o mundo a essas empresas estrangeiras que não tem nenhum compromisso com a conservação da qualidade e diversidade alimentar nem com a proteção dos biomas. É uma engenharia do lucro, da homogeneização do campo e da submissão de mulheres, homens, plantas e animais. (Ferreira e Felício, 2021).

Exemplifica-se assim, que a partir da desigualdade entre as grandes extensões de terra na qual se localizam os monocultivos em relação a produção dos pequenos agricultores familiares, o sistema alimentar do agronegócio sufoca a autonomia dos pequenos agricultores, os submetendo à uma relação de dependência com a cadeia produtiva do capital.

Já em relação aos consumidores na cidade, além de estarem pendentes de ter dinheiro para conseguir se alimentar, caso o consiga, a qualidade nutricional dos alimentos disponíveis para serem comprados não correspondem a uma dieta saudável. A grande oferta de ultraprocessados a preços relativamente mais acessíveis representa um dos principais riscos à saúde da população, pois esses alimentos contém uma quantidade de sal, sódio, açúcar, gorduras e outros ingredientes de uso industrial, que consumidos frequentemente ocasionam doenças como diabetes, obesidade, doenças cardiovasculares, doenças renais, depressão, entre tantas outras doenças que comprometem a vida dos indivíduos que consomem esses alimentos. Até mesmo os alimentos in-natura, como frutas, vegetais, legumes, folhas, ovos, carnes e peixes, que supostamente, seriam a opção menos prejudicial para nossa saúde, quando advindos da produção industrial em grande escala, apresentam malefícios para nosso corpo devido a utilização de agrotóxicos no processo de produção. Ou seja, em um sistema alimentar que tem como prioridade a acumulação de capital, a qualidade nutricional da comida é deixada de lado, e assim também a qualidade de vida da população.

Além da má qualidade da comida disponível nos mercados, outro fato que se evidencia é a pouca variedade dos alimentos, e conseqüentemente, de nutrientes, que constituem o prato das famílias brasileiras. Ainda segundo Joelson Ferreira, “o agronegócio e o supermercado padronizaram os pratos, mantiveram uma hegemonia homogeneizante em plantas como a batata inglesa, a alface, a cenoura, o arroz branco, o feijão carioca, o tomate e o pimentão” (Ferreira e Felício, 2021), de maneira que a partir da colonização, e o desenvolvimento capitalismo agroindustrial, houve uma mudança significativa das espécies cultivadas e consumidas neste território. Sobre isso, o agricultor pontua o fato de que

Os povos originários se alimentavam de mais de 500 plantas, contudo, o agronegócio vai reduzindo cada vez mais a diversidade que chega até os nossos pratos. Hoje temos, a nível mundial, apenas três espécies (milho, trigo e arroz) fornecem mais de metade das calorias necessárias para sobreviver. (Ferreira e Felício, 2021).

A homogeneização tanto da forma de produção como das culturas que são cultivadas correspondem, imperativamente, à narrativa eurocêntrica de negação do outro e a conseqüente violenta construção de sua hegemonia cultural, que passa a ditar o funcionamento da realidade. Neste processo substitui-se a variedade pela homogeneidade, colocando em risco a biodiversidade brasileira, que teria o potencial de nos alimentar de uma maneira muito mais satisfatória e eficaz, em prol de um sistema alimentar que tem por principal objetivo a geração de capital e não de comida. A inserção dos indivíduos nessa lógica de dependência com o mercado é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista e, portanto, para a continuação dos privilégios da elite econômica do Brasil. E

além dos preços abusivos do mercado, a população brasileira, e primordialmente a sua parcela popular, paga a comida com sua vida, pois os alimentos que estamos consumindo nos envenenam, nos adoecem e nos matam.

A situação de insegurança alimentar que acomete a maioria das famílias pobres do Brasil é resultado direto da insuficiência desse sistema alimentar de disponibilizar alimentos acessíveis e nutritivos para a população. Esse é o caso da maioria das famílias que moram nos bairros da extremidade da zona norte de Foz do Iguaçu. Durante a presença nas atividades que realizamos na Horta Comunitária, compartilhamos o espaço que diariamente constitui a dinâmica das famílias que vivem nos bairros mais próximos à Horta, e através desses encontros se evidencia os problemas relativos à alimentação que as famílias enfrentam.

2.3 DICOTOMIA NATUREZA X CULTURA

A cidade, enquanto a forma privilegiada de organização do espaço sobre o qual se constituem as relações sociais, e o sistema alimentar industrial, que por sua vez efetiva a mercantilização da relação entre os sujeitos e o alimento, estão aqui situados como a dimensão material da lógica colonial e capitalista. Entretanto, os impactos da lógica colonial e capitalista não se limitam somente ao plano material da existência. A subjetividade dos sujeitos, inseridos dentro dessas relações sociais alicerçadas na episteme colonial, é também formatada a partir delas.

É a partir dessa compreensão que o conceito de Colonialidade do Ser, formulado entre discussões de pensadores decoloniais como Mignolo, Quijano e Maldonado-Torres (2007), expõe a maneira pela qual a construção ontológica ocidental foi construída a partir da experiência colonial, ou seja, do contato, e da seguinte negação, do outro. Com a exportação, dessa forma de entendimento do ser, do imaginário europeu para a realidade latino-americana, os sujeitos colonizados e escravizados foram localizados para fora da categoria do ser, destinados ao lugar do não-ser. Através de uma relação dialética, a inferiorização e negação do outro - do indígena e africano- enquanto sujeitos, criou simultaneamente a superioridade ontológica do sujeito europeu. Essa dicotomia colonial do eu e do outro, inaugura o pensamento dualista ocidental que se impõe, através da violência colonial, à realidade latino-americana, moldando a subjetividade tanto dos colonizadores quanto dos colonizados.

Essa distinção hierárquica entre sujeitos, e portanto, entre culturas diferentes, foi o arcabouço conceitual que sustentou a narrativa civilizatória enquanto justificativa para a violenta exploração deste território e de seus indivíduos. Conjuntamente com essa

configuração étnica e racial do pensamento ontológico do colonizador, se insere a dicotomia Natureza x Cultura, a qual por sua vez, justificou a exploração, tanto dos sujeitos não-brancos, por serem categorizados dentro dessa divisão mais próximos à Natureza do que à Cultura, como também a exploração e mercantilização da própria natureza. Essa diferenciação da essência da Natureza e da Cultura é uma particularidade cultural do colonizador que está em oposição aos conceitos fundamentais das culturas ameríndias, as quais funcionam a partir de uma visão integracionista entre os seres humanos e a natureza, enquanto que o paradigma ocidental objetifica a natureza, a deslegitimando enquanto um ser de agência.

O extermínio de muitas etnias indígenas, significou, como pontua Boaventura de Souza Santos, um epistemicídio, ou seja, um apagamento estrutural das epistemes dos povos colonizados. E, com isso, a sobreposição da episteme do colonizador. É através deste processo que, neste território, a relação dos sujeitos com a natureza se transformou drasticamente, de maneira que a subjetividade indígena que se localiza em uma relação de igualdade com a natureza, foi bruscamente substituída pela subjetividade do colonizador que está alicerçada na diferenciação entre Natureza e Cultura, e portanto, na concepção da natureza enquanto um objeto a ser explorado ou um objeto meramente contemplativo.

Essa concepção estabeleceu uma distância abismal entre os seres humanos e a natureza, e na conseguinte incapacidade da civilização ocidental de vislumbrar uma possível relação de harmonia entre a civilização e o mundo natural, o que se exemplifica no fato de que as áreas de conservação são pensadas para serem áreas com a restrição de acesso aos seres humanos, para estarem, assim, protegidas. A ideia de que para proteger a natureza é necessário torná-la intocável às mãos humanas se constitui dentro do paradigma etnocêntrico europeu, que concebe a natureza a partir das lentes da cultura ocidental/branca, pensando que não existe relação possível benéfica entre seres humanos e natureza. Entretanto, essa universalização da relação com a Natureza é, na verdade, uma particularidade desta cultura, pois se considerarmos que as terras indígenas são essenciais para a conservação do meio ambiente evidencia-se que uma relação de reciprocidade entre os seres humanos e a natureza é, para além de possível, uma realidade.

A colonialidade do Ser, se refere portanto, aos “efectos de la colonialidad en la experiencia vivida” (Maldonado-Torres, 2007). De forma que, o conceito possibilita a reflexão sobre distintos âmbitos da “experiência vivida”, e assim, da subjetividade dos sujeitos latino-americanos. A objetificação da natureza enquanto objeto a ser explorado, contemplado ou protegido, corresponde, justamente, à consolidação dessa subjetividade colonial. A qual, embora hegemônica, não logrou estabelecer-se como a única maneira possível de se relacionar com a natureza devido a resistência dos sujeitos colonizados que

lutaram para que suas existências e, portanto, culturas, continuassem enquanto uma força oposta à cultura do colonizador.

É somente a partir dessa distância ontológica com a natureza que nos permeia, que se tornou possível a construção da realidade centrada na urbanidade. Pois para que se efetivasse esse processo de urbanização foi necessário pavimentar a terra, transformar os rios em esgoto, derrubar florestas, poluir o ar que respiramos, colocar os animais dentro da indústria, envenenar os alimentos, entre tantos outros ataques contra a natureza. Essas ações são permeadas por uma potente insensibilidade que, infelizmente, agora nos constitui.

Retomando a nossa localização para Foz do Iguaçu, tais considerações podem ser visualizadas nas principais dinâmicas e espaços que configuram a cidade. O Parque Nacional Iguaçu, por exemplo, é uma Unidade de Conservação que se estende desde o território brasileiro, no oeste do estado do Paraná, até o território argentino, na província de Misiones. Pela sua proximidade com Foz do Iguaçu, o Parque Nacional se configura como o principal ponto turístico da cidade, que atrai pessoas do mundo inteiro para conhecer as famosas Cataratas do Iguaçu. Apesar disso, durante esses anos em que estive vivendo em Foz, notei que muitas pessoas que vivem aqui desde que nasceram nunca foram ao Parque Nacional, o que me levou a pensar que mesmo que o Parque Nacional se insira dentro de uma política de conservação ambiental, a sua distância com a população local faz com que não se cumpra um dos objetivos das áreas protegidas de se configurarem enquanto um espaço educativo para a conscientização ambiental. Dessa forma, em seu funcionamento se destaca seu caráter turístico, no qual pessoas de lugares do mundo inteiro o visitam e pagam pela experiência apreciativa da Mata Atlântica e das águas do Rio Iguaçu, enquanto muitas das pessoas que moram na região passam suas vidas inteiras ao lado de um Patrimônio Natural da Humanidade sem conhecê-lo.

Outro ponto a ser destacado é a relação dos moradores da cidade com os rios que a permeiam. Ao lado da Horta Comunitária passa o Rio Almada, que surge de uma nascente em um bairro próximo, atravessa parte da cidade e deságua no Rio Paraná. As crianças, que vivem próximas à Horta, estão acostumadas a nadar no rio e até pescar pequenos lambaris, mas a qualidade da água já não é a mesma de como descrevem as pessoas mais velhas que moram por ali. As margens do “rio bostinha”, como as crianças o apelidaram, é repleta de lixo, embalagens plásticas, roupas velhas e móveis descartados, suas águas têm um cheiro desagradável e em sua superfície vemos manchas com um aspecto oleoso. Neste trecho do Rio Almada, vislumbramos sua importância para o lazer, e, até em certa medida, para a alimentação das famílias que vivem por ali, entretanto, a saúde do Rio também representa o descaso, em nível de poder municipal mas também individual, e a

falta de cuidado estabelecida entre esta sociedade e a natureza.

Portanto, o processo de urbanização do ser está intrinsecamente relacionado com o processo de colonização deste território, o qual ainda está em curso e modela a realidade a partir da capitalização da terra, da comida, da natureza e dos indivíduos, transformando as questões essenciais da vida em meros elementos a serem manejados a favor da acumulação de capital e da conservação dos privilégios de poucos em detrimento da qualidade do cotidiano de muitos.

3. A HORTA COMUNITÁRIA DO CIDADE NOVA

A organização comunitária em um espaço público voltada para a produção de comida de uma forma ecologicamente e socialmente justa, é um movimento que irrompe como uma forma de resistência frente a essa configuração urbana da realidade descrita no capítulo anterior. A Horta Comunitária do Cidade Nova, enquanto uma Horta Comunitária Urbana (re)existe em um ponto de muita tensão entre o Urbano e o Comunitário, relação que se desdobra no encontro entre outros elementos com direcionamento contrários, como o agronegócio e a agroecologia, o individualismo e a coletividade, o desmatamento e a regeneração, etc. Nesse sentido, toda a energia depositada para a construção deste espaço através do trabalho voluntário e comunitário encontra resistência a ela na configuração da própria realidade na qual a Horta está inserida. Desta maneira, se estes esforços lograram colher frutos do trabalho realizado é porque conseguimos romper, em certa medida, com as barreiras consolidadas na organização colonial e, portanto urbana, deste território. Entretanto, avançar nessa direção implica uma luta constante através do esforço coletivo para seguirmos nos direcionando a outras alternativas, a outras maneiras de interações entre nós e a nossa comida, entre nós e a terra, entre nós e este território, e entre nós mesmos.

A história da Horta Comunitária é constituída por diversas histórias, pessoas e espaços que conjuntamente em um movimento de trânsito e encontros resultaram provisoriamente na configuração que existe hoje em dia. O início dessa história, a partir do momento do qual eu tenho conhecimento, começou com a articulação desde 2018 entre uma aluna da UNILA com moradores, e principalmente com as crianças, dos bairros da Zona Norte. Desta relação surgiu uma proposta de um projeto lúdico-educativo pensado para ser realizado com as crianças, a ser espacialmente localizado no trânsito entre alguns lugares, desde a casa dela, as ruas dos bairros e a Biblioteca Comunitária do Cidade Nova. Em uma passagem de seu Trabalho de Conclusão de Curso essa estudante narra o

momento no qual este projeto vinculou-se ao espaço que hoje é a Horta Comunitária do Cidade Nova.

Chegamos a essa terra através de dois meninos, que eram moradores do Almada, num dia em que os encontrei na rua fazendo um piquete de entulhos e galhos de árvores e tomei um baita susto quando me disseram que estavam brincando de “Lula Livre!!!” Perguntei de onde elas sabiam as coisas sobre o Lula, e a resposta foi: “ora, eu sei sabendo uai” Agitei de emoção interna e não exitei em fazer outras perguntas de respostas não esperadas. Então, eu disse que poderíamos brincar de várias outras coisas, inclusive de ampliar a horta para além do meu quintal de caixas de isopor. “Aonde vcs acham que poderíamos construir a horta, o grafite, fazer piquenique e roda de leituras?” Esta foi minha pergunta, para de prontidão ser acompanhada pelas crianças até a terra que ficava atrás do Campinho de futebol da Vila Andradina, localizado ao lado do Banco de Alimentos e da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Foz do Iguaçu. (Hirle, 2023)

Nesta narrativa ela nos conta sobre o início do trabalho neste espaço de terra, onde se reuniram alunos da UNILA com moradores dos bairros próximos para realizar o manejo inicial do terreno, podar o capim e levantar os primeiros canteiros, e assim, desenhar os contornos do espaço sobre o qual se realizaram potentes encontros através de diversas atividades com as crianças. Ela também conta sobre os desdobramentos do projeto para além deste primeiro planejamento, de maneira que depois dela, outras pessoas, especialmente outros alunos da UNILA, passaram a colaborar na construção deste espaço de plantio e educação.

Com o acontecimento da pandemia do COVID-19 o trabalho de plantio através do trabalho coletivo foi interrompido, e os canteiros foram afogados pelo capim que rapidamente tomou conta novamente do terreno. Assim que a situação se abrandou as atividades foram retomadas e potencializadas quando alunos da UNILA idealizaram um projeto de extensão através da Universidade com a intenção de organizar e fomentar o plantio agroecológico, que passou a ser o eixo principal do trabalho a ser realizado neste espaço. Com o projeto de extensão em execução, para além da disponibilidade de recursos, houve a possibilidade de um dos alunos ser bolsista do projeto, o que viabilizou ainda mais o comprometimento e, conseqüentemente, o crescimento da Horta. Desde então, os alunos se organizam para renovar anualmente o vínculo institucional da UNILA com a Horta através da continuidade do projeto de extensão, em um esquema de rotatividade da bolsa entre os integrantes, priorizando que o aluno a receber o auxílio financeiro seja a pessoa em maior situação de vulnerabilidade econômica entre nós.

Apesar de nos últimos anos o projeto de extensão ter sido a maneira encontrada para facilitar e potencializar as atividades realizadas na Horta, este espaço, a partir da minha perspectiva, não consegue ser resumido enquanto uma extensão universitária. Pois para além do projeto, o funcionamento da Horta tomou certa autonomia com a chegada de pessoas de fora da universidade que acreditam e se comprometem com o trabalho

realizado. Além disso, os próprios estudantes da UNILA que integram a Horta Comunitária compreendem seu vínculo com o coletivo para além da relação de voluntários do projeto de extensão. Essa questão frequentemente se torna pauta das discussões entre os integrantes do grupo, pois além do fato de que seria um equívoco descrever a Horta somente como um projeto de extensão, também entendemos que a institucionalização desta relação compromete a potencialidade da Horta. Isso porque os alunos que integram o coletivo estão transitoriamente morando nesta cidade, de maneira que a maioria quando se formarem não necessariamente conseguirão dar seguimento ao trabalho na Horta. Nesse sentido, compreendemos a extrema necessidade da comunidade foz iguaçuenses seguir se apropriando deste espaço, para que ele alcance uma autonomia de existir para além dos indivíduos que pontualmente estão presentes neste momento.

A Horta hoje se configura para além de um espaço de plantio agroflorestal, expandindo-se rizomaticamente enquanto projeto de educação, lazer, acolhimento, trocas, promoção de saúde mental, vínculos, oficinas, entre tantos outros aspectos que passaram a configurar a Horta a partir da demanda que surgiu no encontro entre as pessoas que (re)existem nessa cidade. Todos esses aspectos poderão ser vislumbrados nas próximas partes deste capítulo, a partir do meu intuito de fornecer um relato sobre a Horta, o qual estará intrinsecamente relacionado com a minha trajetória dentro deste espaço, tão potente para mim que me levou a querer escrever sobre ela.

3.1 O BAIRRO, O MONOCULTIVO, A MATA E O RIO.

A Horta Comunitária do Cidade Nova está localizada na região norte da cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. A dinâmica dos bairros Jardim Nova Andradina e o Cidade Nova II, que rodeiam a Horta, se configura a partir da cotidianidade de famílias baixa renda que vivem na periferia das cidades. Há pouco movimento nas ruas durante o horário de trabalho e de escola, com exceção de pessoas mais velhas que já não trabalham e de crianças pequenas que ainda não vão à escola. Perto das 5 horas da tarde as ruas timidamente se agitam, as crianças ainda com o uniforme brincam e dão licença para carros que parecem estar manobrando sem nunca estacionar. Nas calçadas algumas pessoas sentadas, a maioria mulheres, fumando cigarro e tomando mate, cerveja ou café. O movimento segue por um par de horas até que novamente as ruas se esvaziam ficando apenas alguns postes de luz piscando.

Ao lado do bairro Jardim Nova Andradina, que fica de frente à Horta do outro lado da avenida, encontra-se uma extensa área de plantação, no momento com monocultivo de soja. O plantio acompanha o nosso caminho da Horta até a faculdade por uns 2 km.

Monocultivos de soja ou milho em espaços residenciais são muito comuns para estes lados da cidade, um dos motivos disso é o fato de que, nos terrenos que se encontram em baixo das linhas de energia da Itaipu não é permitido que tenham construções, o que faz com que estes espaços em sua maioria estejam ocupados por essas plantações. Sabemos que no manejo destas culturas os agricultores utilizam de pesticidas para controle de “pragas”, e a principal forma de aplicação destes produtos é pela pulverização manual ou automatizada, como por exemplo com o uso de drones que sobrevoam as plantações e despejam os pesticidas sobre o terreno. Os riscos de contaminação ocasionada pelo uso deste tipo de produto se estendem aos solos, às águas, ao ar e aos organismos vivos expostos ao pesticida. Apesar de serem recorrentes os decretos de leis que proíbem o uso de determinados “defensivos agrícolas”, a legislação não é suficiente para impedir a aplicação destes produtos nas plantações, além disso, em muitos casos, mesmo em produtos legalizados, não há a comprovação da segurança de seu uso. A proximidade dos plantios com os bairros residenciais implica um grande risco de contaminação para as pessoas, pois é muito provável que essas técnicas de controle biológico dos monocultivos sejam utilizadas nas plantações que rodeiam os bairros.

Para os integrantes da Horta Comunitária a preocupação sobre a proximidade com essas plantações se estende ao risco da dispersão deste produtos alcançar a área de plantio da Horta. Caso isso ocorra, o trabalho de cultivo agroecológico, livre do uso de insumos químicos seria comprometido, pois os alimentos estariam, da mesma maneira que o milho e a soja do monocultivo, envenenados. Como tentativa de amenizar o risco de contaminação estamos utilizando de uma estratégia já consolidada entre os produtores agroecológicos que lidam com proximidade a monocultivos tradicionais, que consiste no plantio de uma barreira verde. Para isso é necessário a utilização de alguma espécie de planta que seja alta e densa ocasionando a formação de, literalmente, uma barreira para os agrotóxicos.

No caso da Horta, nos entornos da agrofloresta diferentes espécies crescem direcionando-se para a formação de uma barreira. De um lado existe uma linha bem robusta de margaridões (um arbusto alto com floração amarela) que constitui a parte mais estruturada da barreira, em outro ponto um grande abacateiro que já estava lá muito antes da Horta também promove sua proteção, em outro lado uma família de bananeiras e um pé de maracujá abalado pelas altas temperaturas do verão foz iguaçuense fazem a vez da barreira, e por fim, em uma parte lateral da agrofloresta plantamos mudas de pitaya e de ora-pro-nóbis aos pés de mourões de cimento que restaram ali provavelmente de alguma construção antiga. Esse contorno que as plantas dão a área de plantio, apesar de ainda com muitas lacunas, têm grande funcionalidade para o plantio agroecológico. Além da

proteção em relação aos agrotóxicos que podem chegar à plantação, a barreira verde também auxilia na manutenção da umidade do solo, na produção de matéria orgânica, na contenção dos ventos, no sombreamento ao evitar que os raios solares cheguem direto em espécies sensíveis a luz, entre outras funções.

Assim como a barreira verde fornece proteção para a área de plantio, em uma escala mais ampla existe uma área de vegetação de Mata Ciliar próxima à Horta Comunitária, que desenha uma contenção em relação às áreas de monocultivo, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 1 - Captura de imagem do Google Earth



Fonte: Google Earth

O contraste da área verde onde se localiza essa extensão de Mata Ciliar com as áreas de monocultivo é a materialização de um processo de exploração predatória travado contra a Natureza desde a colonização deste território. Um processo que tem suas consequências escancaradas em crises ambientais, climáticas e sociais vividas e sentidas no mundo inteiro. Da mesma maneira, na proximidade da Horta aos Monocultivos se contrasta um sistema de produção alimentar agroecológico integrado ecologicamente com o local no qual está inserido, e a forma agroindustrial de mercantilização dos alimentos que o desmata e o polui.

Além de ser uma barreira de proteção, outras relações surgiram a partir da proximidade da Horta com essa vegetação. Na beira da Mata as árvores começam a se misturar com robustas bananeiras, onde gradualmente a quantidade de árvores vai diminuindo até que perduram somente bananeiras, criando um grande e denso bananal. E é neste bananal que buscamos as mudas para plantar na agrofloresta, o que o tornou extremamente importante para o estágio inicial do plantio, no qual as bananeiras que

plantamos ofereceram ao espaço sombra e umidade para que outras vidas viessem junto à elas.

Essa vegetação beira o Rio Mathias Almada, sendo classificada enquanto Mata Ciliar e, portanto, protegida pelo Código Florestal, Lei nº 4771/1965. A lei tem por objetivo impedir que vegetações como essa não sejam desmatadas, já que desempenham a importante função de proteção dos corpos d'água. Entretanto, apesar da vegetação não ter sido desmatada, essa medida não foi o suficiente para assegurar a saúde do rio, que, como eu disse anteriormente, leva o apelido de “rio bostinha”.

Para chegar até o Rio entramos pela mata seguindo trilhas que se mantêm abertas pela passagem frequente de pessoas por ali. Dependendo do caminho que seguimos e, assim, da altura do Rio que encontramos, o lugar parece mais ou menos poluído. Em alguns pontos sobre a água enxergamos uma camada nítida de gordura que cria um tom cintilante na água e muito lixo boiando e preso em galhos nas beiras do rio. Já em outros, a água é mais corrente e parece estar mais limpa e o lixo em menor quantidade, mas sempre em alguma quantidade.

Figura 2 - Mutirão de limpeza do rio Almada



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 3 - Trilha de Monitoramento Comunitário das Áreas de Mata Atlântica



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Essas duas fotos foram tiradas durante atividades realizadas no curso do Rio Almada. A primeira foto foi feita no dia 27 de agosto de 2023 durante um mutirão de limpeza

das margens do rio organizado pelo Projeto de Extensão Yporã da UNILA em conjunto com moradores da região. Foram coletados manualmente 50 kg de lixo no trajeto realizado, percurso que representa apenas um pequeno pedaço da extensão do rio até o ponto no qual ele deságua no Rio Paraná. A ação teve por objetivo, além de cuidar coletivamente do espaço, chamar a atenção do poder público para um problema que afeta negativamente a população que vive nas proximidades do rio. Neste momento já havíamos terminado a atividade e as crianças estavam utilizando das sacolas que recolhemos para pegar girinos e pequenos lambaris. Já a segunda foto do dia 1 de setembro de 2024 é do dia em que aconteceu a atividade do projeto Trilha de Monitoramento Comunitário das Áreas de Mata Atlântica, organizada em conjunto com a Biblioteca Comunitária do Cidade Nova e a Horta Comunitária.

Para além da área de plantio agroflorestal, dos bairros “da frente” e “de trás” da Horta, do monocultivo do outro lado da rua, da Mata Ciliar e do Rio Almada, outros elementos que constituem este espaço é o Banco de Alimentos, o CRAS Norte (Centro de Referência de Assistência Social), o CEMEI Professora Simone Walquiria Grignet (Centro Municipal de Educação Infantil) e a COAFFOZ (Cooperativa de Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu), como é possível visualizar na próxima imagem.

Figura 4 - Captura de imagem do Google Earth



Fonte: Google Earth

A relação da Horta com essas instituições públicas, assim como também, em geral, com a prefeitura e com a UNILA, se mostrou no decorrer dos anos uma relação que deve ser gerida para a continuidade do trabalho que a Horta realiza. Entretanto, apesar disso, a experiência que tivemos na tentativa de mediar e fortalecer estas relações foram, em sua

maioria, de grande dificuldade. A prefeitura, há quase dois anos atrás, se mostrou com a intenção de nos ajudar financeiramente, através de vereadores que se interessaram no projeto, o que até hoje em dia não resultou efetivamente em nenhuma ajuda. Em contrapartida, a ameaça da construção de uma obra pública no local onde se localiza a Horta Comunitária, e a falta de abertura da prefeitura para dialogar sobre essa informação, nos preocupa em relação à seguridade deste espaço. Mesmo assim, seguimos abertos à possibilidade de diálogo e de apoio das instituições que possam fortalecer a nossa luta.

Dessa maneira, a autogestão na organização do espaço e o trabalho voluntário e comunitário se configuram estruturalmente e estrategicamente como a maneira através da qual a Horta Comunitária resiste e segue fomentando ações que visam a soberania alimentar e popular.

3.2 O SISTEMA AGROFLORESTAL

As ações realizadas na Horta Comunitária se estendem geograficamente pelos espaços pertencentes ao território no qual ela está inserida, aos bairros, ao rio, à universidade, a outros coletivos, etc. Mas apesar disso, muito do trabalho e da atenção das pessoas envolvidas neste coletivo se concentram na área de plantio agroflorestal. Realizamos encontros semanais, aos sábados, para as atividades a serem feitas na Agrofloresta. Idealmente, o dia é organizado de maneira que, primeiro tomamos um café enquanto levantamos as demandas do que tem que ser prioritariamente feito, depois nos dividimos entre as atividades que serão realizadas e, quando possível, fazemos um almoço coletivo para finalizar o dia.

O SAF (Sistema Agroflorestal) é uma técnica na qual se utiliza da associação entre o plantio de árvores com o plantio de culturas agrícolas, o que o torna capaz de cultivar alimentos simultaneamente de ciclos diferentes de vida. Por exemplo, quando plantamos sementes de coentro em cerca de 40 dias já estaremos colhendo, e depois de mais algumas semanas a planta já terá produzido novas sementes que serão retiradas, secas, guardadas e novamente plantadas. Enquanto que a muda de goiaba que plantamos demorou cerca de dois anos até dar sua primeira goiaba. Já a araucária plantada vai começar a produzir pinhão somente daqui a 12 anos. Nesse sentido, a Agrofloresta se constitui enquanto uma técnica de plantio que funciona a partir do longo prazo para alcançar toda sua potencialidade de produzir alimentos. Em uma conversa, um dos integrantes da Horta Comunitária ao reflexionar sobre este assunto me disse:

“Yo creo que sobre lo de la agrofloresta yo creo que pensando así, hasta en términos de estrategia política, va un poco en la dirección contrario de todo

que estamos viendo en ese momento, en toda esa crisis sistémica y las respuestas que se dan a ello. Entonces en vez de apostar en las cosas de corto plazo y la obsesión con el corto plazo estamos aportando a un proyecto de décadas, en vez de apostar a resolver todo desde arriba hacia abajo y mexendo en el estado y generando políticas públicas y esas cosas estamos resolviendo desde abajo hacia arriba, entonces siento que la agroforesta en muchos sentido tiene un poco de la dirección contraria a esa aceleración capitalista de la crisis (...) La agroforesta tiene un poco esa concepción de niveles, para poder interferir en lo grande toca trabajar desde lo pequeño y toca proyectar las cosas, toca organizarse y toca producir procesos que sean capaces de avanzar en el tiempo. Porque claro lo mas facil, claro fácil entre comillas, sería producir repollos y lechuga, pero la idea es que eso sea algo mucho mayor cachai?”

A partir de suas palavras a reflexão sobre o sistema agroflorestal se estende para além de sua capacidade produtiva, abrindo espaço para pensarmos que a implantação de uma agroforesta em um espaço comunitário e alicerçada no trabalho coletivo implica em um direcionamento contrário e possivelmente mais efetivo do que, por exemplo, as políticas públicas de alimentação, pelo menos no formato ao qual estamos acostumados. Ou seja, se uma política de distribuição de cesta básica tem por objetivo amenizar as questões relativas à fome, sua funcionalidade é imediata, porém ela não consegue fornecer uma solução efetiva e sólida às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Além disso, os alimentos de uma cesta básica são geralmente os produtos mais baratos do mercado e, portanto, os de pior qualidade.

Assim, apesar da extrema importância de políticas públicas alimentares como a distribuição de cestas básicas, a auto-organização da comunidade se mostra como um caminho a ser percorrido para que entre nós possamos criar soluções para os problemas que enfrentamos. Portanto, a partir da nossa organização e do trabalho que realizamos na Horta Comunitária, tanto na agroforesta como nas outras atividades “estamos resolviendo desde abajo hacia arriba”, se articulando na criação de um espaço de lazer e de educação, através das atividades com as crianças que vem com exponencial frequência sendo organizadas, um espaço de produção de alimentos saudáveis, de cultivo de plantas medicinais e de, por exemplo, compostagem de matéria orgânica, constituindo-se assim, de ações que visam gerar resultados, além de imediatos, também a longo prazo.

Outro aspecto importante da Agroforesta é o fato de ser uma técnica baseada na observação e reprodução de padrões que já ocorrem na Natureza. Nesse sentido, com o avanço da implantação desse sistema as relações ecológicas de seu interior vão se complexificando e aproximando-se do funcionamento de uma floresta. Entretanto, um SAF está pendente da interferência Humana em seu manejo, de maneira que o trabalho realizado em uma Agroforesta ocorre a partir da potencialização através do manejo agroflorestal de relações que ocorrem naturalmente nas interações entre as plantas.

Um exemplo disso é o plantio conjunto de espécies que alcançam diferentes alturas,

de maneira que organiza-se na Agrofloresta diferentes estratos dentro do mesmo espaço, com plantas de estrato baixo, médio e alto. As plantas de estrato baixo, se plantadas próximas a plantas de estratos superiores, deverá ser uma espécie que esteja adaptada a crescer com menos necessidade da luz solar direta, pois as plantas de estrato médio e alto farão sombra para a planta de estrato baixo. Assim, a partir do conhecimento sobre as necessidades de cada planta se torna possível organizar o plantio de forma mais eficiente. Em uma Floresta, a coexistência de diferentes estratos é um processo que ocorre naturalmente, onde ao longo do tempo as plantas evolutivamente constituíram uma relação na qual podem coexistir muitas vezes se beneficiando das características umas das outras.

Em uma outra conversa entre os integrantes da Horta uma companheira ao expor sua opinião nos disse o seguinte:

“Así mismo como la naturaleza el ser humano también, uno tiene vínculos que permiten crecer o desarrollar otros sistemas, otras formas, y el hecho de plantio dedicarse a plantar una sola hierba, una sola planta hace con que esas relaciones que medianamente están equilibradas por todo un conjunto de relaciones se vaya desequilibrando, entonces, pensando en esa relación de que todo está conectado, y pensando la situación actual del planeta en términos de que nuestras acciones están fomentando cada vez más o acelerando el aquecimiento global e todo eso, entonces mitigar eso es intentar replicar eso que ya acontece naturalmente, no?”

Em sua fala, ela coloca que as ações humanas, ao funcionarem em desarmonia com a Natureza, geraram desequilíbrios ecológicos que levaram a consequências como às mudanças climáticas, e pontua que uma das maneiras para reverter este cenário seria justamente apostando em ações diferentes das que nos trouxeram até aqui, ou seja, ações que estejam alinhadas com o funcionamento da natureza. E “intentar replicar eso que ya acontece naturalmente” é um dos princípios da Agrofloresta.

Apesar de alguns direcionamentos comuns a qualquer Agrofloresta, cada uma terá suas particularidades que dependem dos objetivos e interesses de quem a está manejando. Neste caso, dentro das reuniões de planejamento sempre se ressalta o caráter experimental na implantação desta Agrofloresta. Um dos motivos para isso é o fato de que as mãos que compõem este trabalho são de pessoas que carregam bagagens distintas, que percorreram trajetórias distintas, e que em alguns casos esta é a primeira experiência com o plantio agroflorestal ou até mesmo com o trabalho com a terra. Assim, reconhecemos que temos sempre algo a aprender e também algo a contribuir dentro do coletivo. E a partir desta estratégia, durante os anos de trabalho se somaram uma gama de conhecimentos plurais que desenharam coletivamente a Horta Comunitária.

Figura 5 - Foto aérea realizada com drone da área de plantio da Horta Comunitária



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Nesta fotografia, feita com o uso de um drone, visualizamos a área de plantio agroflorestal. A área está dividida em duas principais partes, a parte de cima, o quadrante à direita, na qual podemos ver as árvores e outras vegetações em maior abundância, e a parte de baixo, o quadrante à esquerda, onde no momento desta foto somente havia terra e se estava na etapa inicial do plantio. Uma das grandes vantagens do sistema agroflorestal é a possibilidade de conciliar a produção de alimentos com a regeneração de uma área degradada, de maneira que esta alternativa se mostra de extrema importância para a nossa realidade, uma vez que a maneira hegemônica de trato com a terra para produção de comida, como o monocultivo em grandes latifúndios, apesar de alcançar uma alta produtividade tem se mostrado um sistema insustentável, pois para além da sua alta capacidade de desgaste da terra ele também não é capaz de devolver para a terra as condições necessárias para que ela siga sendo fértil, o que gera cada vez mais a demanda de insumos químicos dentro do nosso sistema alimentar e o agravamento de diversos problemas ambientais como a qualidade do ar, o aumento da temperatura global, perda de biodiversidade e aumento do número de queimadas, por exemplo. No sentido contrário, a Agrofloresta, além de também ser um sistema capaz de fornecer uma grande produtividade de alimentos, é uma técnica efetiva e rápida de regeneração de terras degradadas. Nas duas imagens abaixo, tiradas do mesmo ângulo com uma diferença temporal de poucos meses, podemos observar o avanço na parte de baixo da Horta, desde o primeiro momento quando foi passado um trator para retirar o capim e mexer a terra até alguns meses após ter

se iniciado o manejo agroflorestal do terreno.

Figura 6 - Fotografia da “parte de baixo” no início do plantio agroflorestal



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 7 - Fotografia da “parte de baixo” depois de alguns meses do início do plantio agroflorestal



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Em toda a área de plantio antes de começar a ser manejada somente havia capim, já hoje em dia, nesse mesmo espaço coexiste uma ampla variedade de espécies. Em relação às árvores frutíferas encontram-se mudas de goiabeira, abacateiro, mangueira, pitangueira, bananeiras, jaboticabeira, cerejeira, acerola, limoeiro, ingá e maracujá. Outras plantas que existem na Horta em abundância são as ervas medicinais, como a erva baleeira, o capim santo ou capim limão, cidreirinha, aroeira, alecrim, alecrim-pimenta,

alfazema, arruda, arnica, burrito, entre muitas outras. Conciliamos com o plantio destas árvores e ervas medicinais outras culturas como milho, abóbora, tomate, quiabo e maxixe.

Além disso, com o manejo agroflorestal do terreno crescem espontaneamente outras espécies de plantas para além das que plantamos. O crescimento dessas plantas quando em um cultivo tradicional são chamadas de plantas invasoras ou pragas, e normalmente são retiradas assim que começam a brotar. Isso porque essas plantas espontâneas ocupam o espaço no qual seriam plantadas, por exemplo, as hortaliças, atrapalhando o crescimento da cultura cultivada e também por não apresentarem a possibilidade de geração de renda. Entretanto, dentro da Agrofloresta especificamente, mas também amplamente dentro da Agroecologia, essas plantas espontâneas são vistas a partir de outras perspectivas. Um dos motivos para isso é o fato de que muitas dessas espécies se enquadram enquanto uma PANC (Planta Alimentícia Não Convencional), apresentando muitas vezes propriedades nutritivas e medicinais pouco reconhecidas na alimentação do dia-a-dia.

Esse é o caso do Caruru, da Bertalha e do Dente de Leão, plantas que nascem espontaneamente na Horta e que com o manejo adequado para o controle delas são aproveitadas para o consumo. O Caruru (*Amaranthus sp.*), por exemplo, é uma espécie de planta que cresce espontaneamente com facilidade em qualquer lugar, sendo facilmente encontrada nas lacunas entre o cimento nas calçadas. Essa planta, além de ser rica em fibra, e portanto, ajudar no equilíbrio da flora intestinal, também detém uma grande quantidade de magnésio e cálcio, podendo ser utilizada na prevenção de doenças ósseas como a osteoporose. A maior dificuldade com as PANCs é reconhecê-las, pois como esses conhecimentos não estão presentes na nossa cotidianidade, é certo de que existem muitas plantas que crescem ali e que, por não sabermos identificá-las, acabam passando despercebidas. Entretanto, com a passagem e chegada de novas pessoas por esse espaço, muitas vezes o que ocorre é de alguém reconhecer alguma planta da qual não detínhamos o conhecimento e nos contar sobre o nome da planta e sua função. É nesse sentido, que o conhecimento construído dentro da Horta é categoricamente coletivo e horizontal.

Da mesma maneira que existem na Agrofloresta as PANCs que nasceram espontaneamente, também cultivamos outras espécies de plantas das quais podemos nos alimentar mas que não são tão comuns, como o Cacto Palma e a Ora-Pro-Nóbis, e também de outras plantas alimentícias mais comuns mas que dependendo da parte da planta que será consumido ou do estágio de amadurecimento do fruto passa a ser considerada uma PANC, como é o caso do coração da bananeira e do mamão verde. As PANCs, apesar de estarem ganhando popularidade neste momento, sendo incorporadas até em pratos de “alta”⁴ gastronomia, tem as raízes de seu consumo nos costumes tradicionais de

⁴ O termo “alta gastronomia” refere-se comumente a gastronomia europeia comercializada em restaurantes

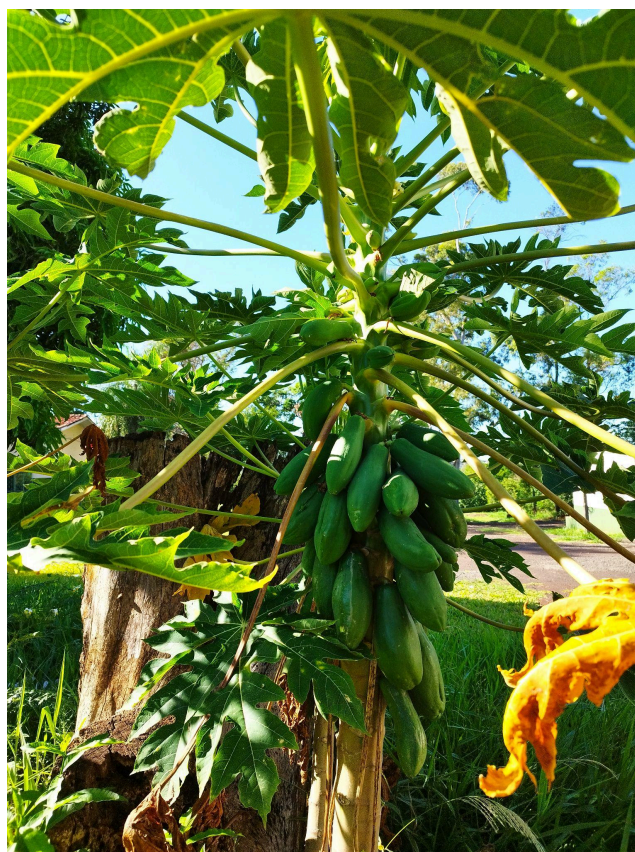
populações que vivem em situação de insegurança alimentar, justamente pela característica de, além de fornecerem uma grande quantidade de nutrientes, serem plantas de fácil cultivo ou que podem até ser coletadas pelas ruas. A Ora-Pro-Nóbis, por exemplo, é popularmente chamada de “carne de pobre”, pois contém um teor alto de proteínas que pode complementar a quantidade de proteína em uma dieta com pouco consumo de proteína animal. Além dela, o consumo do coração da bananeira, apesar de requerer uma série de processos para se tornar comestível, é uma maneira de aproveitar uma parte robusta da planta que normalmente é desperdiçada. Já o consumo do mamão ainda verde permite que não seja necessário esperar o tempo de amadurecimento do fruto. Nesse sentido, essas espécies, por apresentarem alternativas para pessoas em situações desfavoráveis socialmente, passaram a fazer parte da cultura alimentar popular como uma forma de resistência através da alimentação.

Figura 8 - Coração de uma bananeira



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 9 - Pé de mamão com frutos ainda verdes



Fonte: Acervo Horta Comunitária

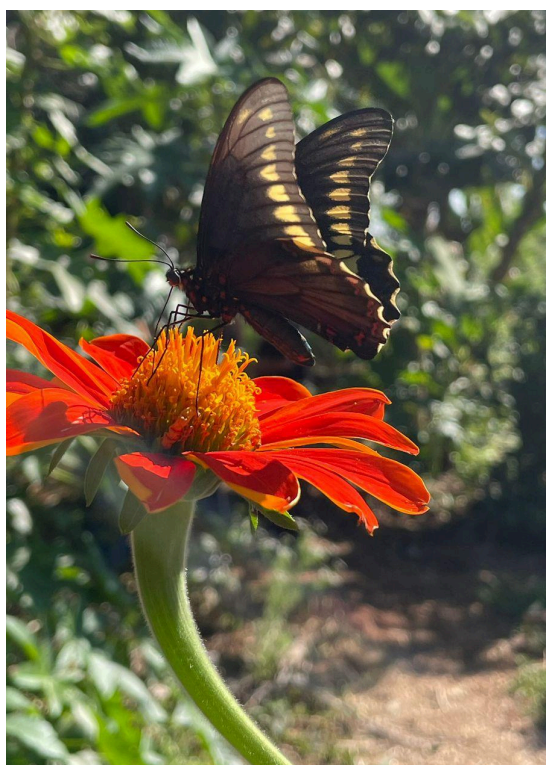
Assim como as PANCs são muito bem-vindas dentro do plantio agroflorestal, outra característica desse sistema é que ele se beneficia muito com a conciliação do plantio de

renomados, tendo como grande exemplo a gastronomia francesa. Entretanto, é relevante ressaltar o fato de este termo exprime uma perspectiva eurocêntrica que insiste em desvalorizar outras culturas, deslocando-as para o local de excentricidade, e “elevando” a cultura europeia à instância de superioridade.

flores. Além das espécies de flores que nasceram espontaneamente, algumas outras espécies fazemos questão de estar sempre plantando novas sementes, como é o caso da Flor de Cosmos (*Cosmos bipinnatus*), uma flor de coloração vibrante alaranjada e que também é comestível, e da Celosia ou Crista-de-galo (*Celosia argentea L.*), uma flor roxa que leva esse apelido devido a sua anatomia comprida e verticalizada. A presença das flores na agrofloresta realiza a manutenção e potencialização da biodiversidade dentro do sistema.

Duas das integrantes da Horta, que cursam biologia na UNILA, me explicaram que isso ocorre devido ao fato de que as flores, por serem o órgão reprodutivo das plantas, desenvolveram evolutivamente características que atraem polinizadores, como abelhas, vespas, passarinhos, borboletas e besouros, que são agentes imprescindíveis para a reprodução das plantas e, portanto, para a sua frutificação. Assim, “a importância das flores para a Agrofloresta é a reprodução da vida, de todas as plantas que estão na agrofloresta”. Ou seja, as espécies de plantas com flores mais corpulentas atraem através de seu cheiro e de suas cores chamativas uma maior quantidade de polinizadores para dentro do sistema, fazendo com que esses polinizadores além de participarem do processo reprodutivo dessas flores, também “visitem” as outras plantas que estão aos arredores, possibilitando a produção de frutos, dos quais nós nos alimentamos.

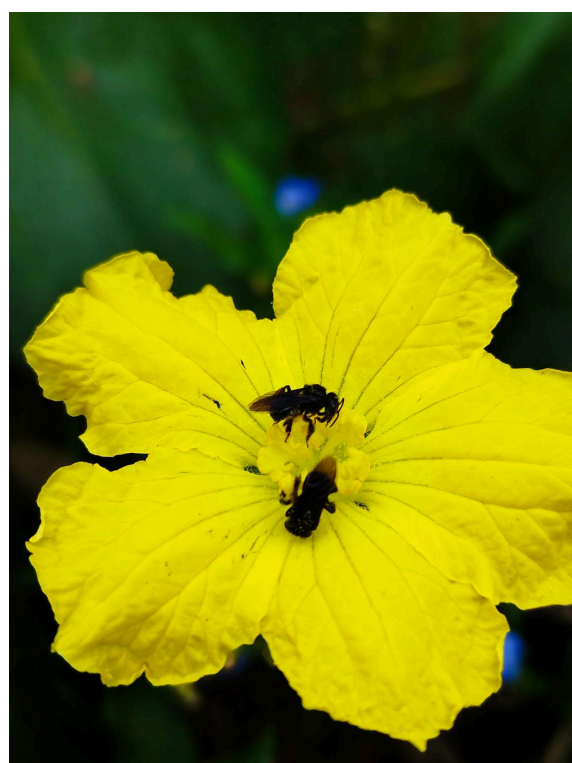
Figura 10 - Borboleta pousada na Flor de Cosmos



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 12 - Besouros pousados na Celósia

Figura 11 - Abelhas pousadas na Flor da Bucha



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 13 - Abelha pousada na Flor de Cosmos



Fonte: Acervo Horta Comunitária



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Para dar conta de todas as demandas de manejo que existem na Agrofloresta, além do encontro semanal com o grupo de pessoas, que mais comprometidamente trabalham na Horta, realizam-se dias específicos de Mutirão. Um Mutirão, tradicionalmente, consiste na mobilização de indivíduos que voluntariamente em coletivo se juntam para execução de uma atividade que beneficie uma comunidade. Assim, para os dias de Mutirão, nos esforçamos para fazer uma ampla divulgação do dia da atividade, para que um número maior de pessoas compareça para ajudar. Normalmente, organizamos um Mutirão quando existe alguma demanda de manejo da Agrofloresta que necessite de mais mãos para realizá-lo, como por exemplo para a abertura de novos canteiros. Nestes encontros, além da execução das atividades previstas, sempre fazemos um almoço coletivo, com a contribuição voluntária de alimentos para juntamente conseguirmos nos alimentar bem depois de um dia de muito trabalho. O almoço em dia de Mutirão se tornou uma prática muito especial, por nos oferecer um momento de lazer no qual podemos nos conhecer melhor e trocar com as novas pessoas que chegam através dessas atividades.

Esta imagem abaixo foi utilizada para a divulgação do Mutirão mais recente que ocorreu na Horta, no mês de agosto de 2024, quando as queimadas que assolaram amplamente o território latino-americano acabaram tragicamente se estendendo a um pedaço da Agrofloresta. Para remediar os danos, começamos logo em seguida a construção de novos canteiros na área em que pegou fogo, e como necessitaríamos de muitas mãos para dar conta deste trabalho, convocamos este Mutirão.

Figura 14 - Panfleto de convite para o Mutirão na Horta Comunitária



Fonte: Redes sociais da Horta Comunitária

A trajetória de construção, manejo e cuidado desta Agrofloresta é um caminho intrínseco ao trabalho coletivo que, ao configurar-se enquanto um espaço de troca e aprendizado, possibilitou que através da organização comunitária estejamos conseguindo avançar desde uma idealização de um objetivo até sua materialização na colheita dos frutos deste trabalho. Dessa maneira, ao lidarmos juntos com as dificuldades nas quais esbarramos cotidianamente para a construção deste espaço, têm se desenvolvido estratégias e perspectivas para que algum dia a Horta Comunitária consiga se tornar efetivamente um suporte à segurança e à autonomia alimentar da comunidade que conjuntamente alicerçam a Horta. Neste caminho entendemos que para além de comida, este espaço tem a oferecer muitos outros benefícios para as pessoas que o preenchem, como podemos compreender através das seguintes palavras da companheira:

“Un sistema agroforestal está enfocado a la soberanía alimentaria y al cuidado ambiental, al cuidado del territorio por eso también necesitamos plantar árboles nativos, árboles que incentiven bajar el calor un poco, generar un espacio para que la gente venga y esté mejor, como que a veces viene la comunidad misma, viene a tomarse un tereré, los niños a jugar porque es un espacio que tiene como más sombra, como que llega el viento, entonces es también generar un espacio para la comunidad, es para que la gente venga, como que también resignifica los espacios”

3.3 AS OFICINAS

Com a organização do trabalho a ser realizado na implantação da Agrofloresta, a Horta Comunitária organicamente se ampliou a outras atividades que passaram a ser cruciais ao desenvolvimento deste espaço. A realização de oficinas no espaço da Horta é um dos principais exemplos desse movimento de expansão das nossas prioridades e estratégias. Desde o ano de 2022, momento no qual eu comecei a acompanhar e somar no trabalho realizado na Horta, acompanhei e participei na organização de diversas oficinas, que abrangeram temas relacionados com soberania alimentar e autonomia comunitária. As oficinas se configuram como um eixo de ação que potencializa o manejo agroflorestal, por serem espaços de aprendizado coletivo capazes de trazer mais pessoas para a Horta e, assim, mais conhecimentos e perspectivas. Desta maneira, entendo que existe uma relação de retroalimentação entre o trabalho na Agrofloresta e as oficinas.

A primeira oficina sobre a qual eu gostaria de falar é a Oficina de Sal Temperado, realizada no ano de 2023. A ideia surgiu em uma conversa entre duas mulheres que integram o coletivo, uma estudante da UNILA e uma liderança do bairro Cidade Nova, na qual esta liderança comentou sobre uma amiga dela de uma cidade próxima que trabalha com ervas medicinais e que poderia vir para Foz ministrar uma oficina de temperos na Horta. Neste momento, foi acertado que o público alvo da oficina seria as mães que moram nos bairros próximos, as quais poderiam utilizar do conhecimento a ser aprendido na oficina como uma maneira de obtenção de renda extra com a possibilidade de venda do Sal Temperado, além, claro, da oportunidade de incluírem no dia a dia de suas famílias o consumo de um tempero mais saudável e acessível.

A partir daí, organizamos coletivamente o que deveria ser feito para a oficina acontecer. Conseguimos através da universidade um transporte para que a Oficineira pudesse se deslocar de sua cidade para Foz, mobilizamos uma divulgação da oficina para que as mulheres dos bairros próximos estivessem presentes no dia, conseguimos através de doações a quantidade necessária de ervas para a produção do Sal Temperado, e também articulamos com o Banco de Alimentos para que disponibilizassem a cozinha deles para o dia da oficina, pois precisaríamos utilizar o fogão industrial.

No dia da oficina, com êxito, muitas mulheres e mães dos bairros próximos estavam presentes. A Salete, que ministrou a oficina, começou com uma roda de apresentação de todos que estavam presentes e nos distribuiu um papel com uma tabela que continham os nomes das ervas e suas propriedades medicinais respectivas. Depois, nos distribuimos para higienizar as plantas e cortá-las em pedaços bem pequenos. Feito isso, nos reunimos em torno do fogão onde a Salete nos falava sobre os processos para produção do Sal ao mesmo tempo que os executava. Primeiro, esquentamos uma grande quantidade de Sal em

uma panela de aço, e com o sal já quente, despejamos todos os temperos que havíamos cortado, como cebolinha, salsinha, manjericão, alecrim, coentro e açafrão. Seguimos revezando a colher para mexer toda aquela quantidade de sal e de ervas que estava na panela, até as ervas secarem e constituírem junto com o sal uma textura homogênea. Enquanto esperávamos que o tempero esfriasse para colocá-lo nos potes, desfrutamos juntos do almoço, o qual alguns dos integrantes da Horta haviam ficado responsáveis para fazer simultaneamente ao desenrolar da oficina. Com o Sal Temperado pronto, o dividimos entre as pessoas presentes e nos encaminhamos para encerrar a atividade.

Na minha perspectiva a experiência de organização e realização desta oficina foi muito importante para a consolidação desta prática como algo recorrente na Horta, de maneira que, para além do aprendizado que tivemos a partir dos conhecimentos que a Salete compartilhou com nós, também aprendemos sobre o processo educativo e da potência que se desprende de oficinas quando realizadas entre a comunidade para se compartilhar horizontalmente os conhecimentos que nos pertencem em uma dinâmica de “aprender fazendo”. Foi muito lindo saber que podemos fazer os nossos próprios temperos, nos apropriar do conhecimento sobre as propriedades de ervas medicinais e assim, vislumbrar a possibilidade de traçar um caminho para sermos menos dependentes da indústria alimentar e de seus preços abusivos.

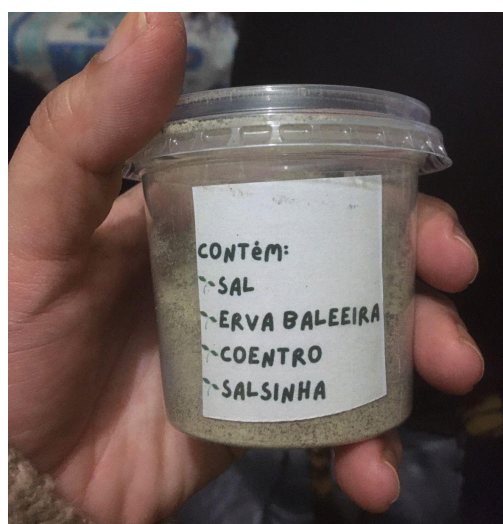
Um ano após a realização desta oficina, em um momento em que a Agrofloresta estava produzindo temperos e ervas em abundância, nos organizamos para produzir o nosso próprio Sal Temperado. Desde então é com ele que temperamos os nossos almoços comunitários, e também começamos a vendê-lo nos eventos da Horta e na Feira Agroecológica da UNILA para a criação de um caixa da Horta que se destina à própria realização de atividades como as oficinas.

Figura 15 - Sal Temperado da Horta



Fonte: Acervo pessoal

Figura 16 - Sal Temperado da Horta



Fonte: Acervo pessoal

Outras duas oficinas, sobre as quais eu gostaria de contar aqui, foram realizadas durante o inverno deste ano de 2024. A primeira é a Oficina de Fermentação, ministrada pela irmã de uma das integrantes da Horta, e por seu companheiro, que vieram de Bogotá para passar alguns dias por aqui. O objetivo desta oficina foi de reaproximar nossos hábitos com a cultura ancestral de diversos povos da América Latina e Caribe que fermentavam seus próprios alimentos. As técnicas e o conhecimento que osicineiros possuem sobre a prática de fermentação é fruto do trabalho que eles realizam produzindo e comercializando bebidas fermentadas.

Figura 17 - Panfleto de convite para a Oficina de Fermentação



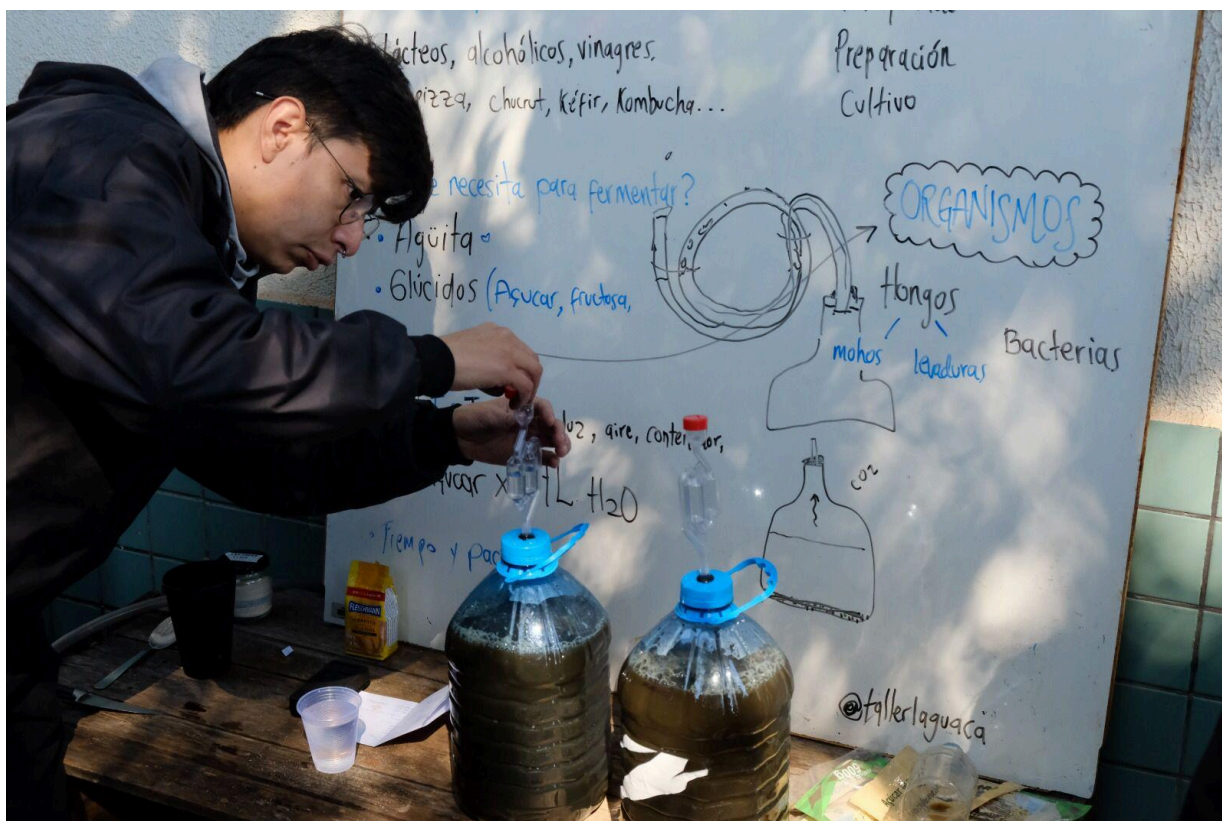
Fonte: Redes sociais da Horta Comunitária

No dia da Oficina, os oficineiros primeiramente fizeram uma exposição nos explicando sobre os princípios básicos da fermentação e sobre os benefícios probióticos advindos da ingestão de fermentos naturais, e então, nos conduziram à prática da fermentação através da atividade da produção coletiva de uma bebida fermentada à base de abacaxi e gengibre. O processo foi, basicamente, colocar para ferver o abacaxi, o gengibre, algumas ervas aromáticas colhidas na Horta, água e açúcar mascavo, e depois adicionar a levedura e observar à espera do momento em que a fermentação começasse a ocorrer. Enquanto esperávamos a cocção, o rapaz que ministrava a oficina nos falou sobre o medo que normalmente está relacionado com o processo de fermentação, de maneira que as pessoas ficam receosas de experimentar fazer fermento em casa e recorrem majoritariamente a produtos industrializados já prontos que estão disponíveis nos mercados, e então, reiterou que não precisamos ter medo desta prática tão ancestral e acessível, e

que devemos nos aventurar em fazer nossos próprios fermentos para produzirmos nossos próprios pães e até nossas próprias bebidas alcoólicas.

O sinal de que a fermentação havia começado foi o surgimento de algumas bolhas se formando na superfície do líquido que estava na panela. Depois disso, despejamos todo o líquido em dois galões de 5 litros, já higienizados, e tapamos com um esquema que eles nos ensinaram para que pudéssemos distinguir se a continuação do processo ocorreria de forma correta. Assim, deixamos que a bebida descansasse por cerca de um mês, e quando estava pronta para o consumo chamamos todas as pessoas que estavam presentes no dia da oficina para compartilharmos a degustação do trabalho que havíamos realizado todos juntos.

Figura 18 - Oficineiro finalizando o processo da bebida fermentada de abacaxi



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 19 - Bebida produzida na Oficina de Fermentação



Fonte: Acervo Horta Comunitária

A outra oficina sobre a qual eu havia comentado, ocorreu no mês seguinte, e foi intitulada “Oficina de extração de propriedades das plantas medicinais para o uso corporal e de cozinha a base de óleo”. Neste caso, esta oficina foi o encerramento do projeto de extensão Herbário Horta Comunitária, projeto articulado com o intuito de realizar uma jornada de atividades na Horta específicas sobre a relação ecológica entre as pessoas e as plantas, em conjunto com o projeto Danzaterapia, que promove saúde mental através do autoconhecimento e da expressão corporal. A ideia desta oficina surgiu através de uma das integrantes da Horta, que também idealizou o projeto Herbário Horta Comunitária, e segundo ela “esa oficina nace con la idea de generar un conocimiento extra para las personas de la comunidad, ya que notamos su gran interés por el conocimiento medicinal de las plantas y de cómo usarlas”.

Assim, a proposta da oficina foi ensinar uma técnica de extração das propriedades medicinais das plantas, utilizando as plantas que haviam à disposição em meio à Agrofloresta, pois assim “sabíamos que estaban libres de cualquier agrotóxico y que estaban con las propiedades naturales”. Existem diferentes técnicas de extração, de maneira que para a oficina foi decidido realizar a extração a partir do óleo vegetal, por ser um item de mais fácil acesso econômico.

Para a produção do óleo, primeiro realizou-se um roda de conversa, na qual, com o

auxílio de um livro botânico que continha a descrição de centenas de plantas e de seus respectivos usos medicinais, levantou-se quais eram as ervas que tínhamos disponíveis na Horta e quais seus benefícios para a nossa saúde. Quando foram escolhidas as plantas que seriam utilizadas para o óleo, o próximo passo foi colhê-las e lavá-las. Como nesse caso foi utilizado plantas frescas, orientou-se que dentro do frasco elas deveriam estar totalmente cobertas pelo óleo, pois se por acaso uma parte da planta ficar acima da linha do óleo, corre o risco de contaminação.

Uma das técnicas para extração é a *masecarión*, que consiste em deixar a planta dentro de um recipiente com o óleo em repouso por pelo menos “de luna a luna”, ou seja, 28 dias. A oficina contextualizou para os participantes que para realização desta técnica “tradicionalmente se conoce el método de enterrarlo bajo de la tierra ya que hay toda una cosmovisión de las propiedades que se pueden extraer al integrarlo”, e acrescentou que, se não fosse possível realizar esse procedimento, podemos também deixá-lo descansar em um lugar escuro.

Entretanto, com o intuito pedagógico otimizou-se a técnica de *maceración*, de maneira a acelerar o processo de extração dos componentes medicinais das plantas, colocando-as para cozinhar em fogo baixo e em banho maria dentro do óleo por 20 minutos, de maneira que assim, em apenas 15 dias de descanso, já teríamos extraído as propriedades curativas principais de cada planta. Este óleo produzido pode ser utilizado tanto através da ingestão oral, como também com o uso tópico com a aplicação sobre a pele. Uma das extrações realizadas foi de Manjerição, Merthiolate e Mirra, consideradas plantas doces que possuem, sobretudo, funções antiinflamatórias e expectorantes para limpar os pulmões.

Figura 20 - Óleo produzido na Oficina de extração de propriedades das plantas medicinais para o uso corporal e de cozinha a base de óleo



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Cada participante da oficina pôde levar seu próprio óleo para casa, de maneira que deveriam respeitar o tempo de descanso para depois começar a utilizá-lo. O aprendizado da técnica de extração das propriedades medicinais da planta e da produção do óleo, além de ser um convite ao autocuidado e à reaproximação de nós com a natureza, também abre a possibilidade de uma maneira para complementar a renda das pessoas, pois agora detêm o conhecimento de produzir este óleo que pode ser comercializado dentro da própria comunidade, estendendo assim, essa prática à outras pessoas. Conversando com a colega que organizou esta oficina ela me disse o seguinte:

“la idea era entender un poco de la soberanía tanto del cuidado de las plantas, ya que tener nuestras propias plantas en una huerta libre de agrotóxicos significa que podemos hacer una medicina sana, ya que sabemos de dónde viene, y por otro lado la idea de generar nuestros propios medicamentos que son sobretudo preventivos para entender que las plantas nos ayudan a nos cuidar preventivamente”

Figura 21 - Fotografia de encerramento da atividade de produção do óleo



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Além das Oficinas citadas, também gostaria de pontuar outras que ocorreram no decorrer desses anos, como a Oficina de Manutenção de Ferramentas e a Oficina de Construção de Composteira. O conjunto dessas oficinas traça um caminho percorrido

coletivamente em busca da autonomia comunitária, nos mostrando que através da auto-organização podemos produzir e compartilhar conhecimento para cuidar de nós e dos nossos. Aprendendo a fazer o tempero com que cozinhamos cotidianamente, a produzir nossa própria bebida, a nos apropriar do manejo das propriedades medicinais das plantas, e até a plantar os nossos próprios alimentos, significa entender que, apesar do controle que as indústrias alimentar e farmacêutica detém sobre as nossas vidas, podemos nos comprometer a buscar outras alternativas e podemos ter agência sobre os nossos corpos e nossas mentes.

As oficinas também nos ensinaram que o processo de aprendizado, através dos princípios da educação popular, pode ser realizado a partir da troca horizontal entre as pessoas, configurando um espaço que, ao invés da hierarquia tradicional onde somente um detém o conhecimento e os outros o absorvem, todos temos algo a compartilhar, e conjuntamente se potencializa a nossa capacidade de aprender coisas novas. Portanto, acredito que a estrutura destes encontros de aprendizado coletivo, nos diz muito sobre o que é a Horta Comunitária e sobre qual é o direcionamento das ações que nascem deste espaço.

3.4 AS CRIANÇAS

Tudo o que foi construído durante os anos de existência da Horta Comunitária está imprescindivelmente alicerçado nas relações pessoais desenvolvidas e aprofundadas dentro deste espaço. A Agrofloresta e os alimentos colhidos, as Oficinas e o aprendizado a partir delas, somente se tornaram reais devido às trocas entre as pessoas que pisam juntas nesta terra vermelha e se articulam para trabalharem coletivamente por um objetivo em comum. São os indivíduos que passaram, passam e passarão por aqui, que tornam possível a existência deste movimento. A Horta foi pessoalmente se configurando para mim como um local de encontro com pessoas queridas e de construção de amizades profundas.

Assim como o vínculo com as pessoas da faculdade que passei a ter contato nos encontros aos sábados, com os moradores dos bairros próximos e de outras pessoas que atravessaram o meu caminho neste espaço, salienta-se para mim a relação de carinho e companheirismo a qual eu construí com as crianças da vizinhança, que se fazem tão presentes no dia a dia da Horta. A grande maioria delas moram no bairro da frente, onde vivem as famílias em situação de maior vulnerabilidade social, quando comparado ao bairro de trás. Elas frequentam este lugar, no qual hoje em dia se localiza a Horta Comunitária, muito antes dela existir, de maneira que por ser uma área ampla e verde próxima ao rio e ao campinho de futebol, aparenta funcionar muitas vezes como o quintal das crianças, o local

onde elas se encontram para brincar.

Além disso, há anos atrás neste mesmo lugar havia um projeto chamado Sementes do Amanhã, articulado entre a comunidade para desenvolver atividades com as crianças ocupando a área próxima ao Banco de Alimentos, e depois também existiu o projeto lúdico-recreativo gesticulado por uma aluna da UNILA, sobre o qual já havia comentado. Quando as atividades foram interrompidas pela Pandemia, e retomadas posteriormente, a relação deste espaço com as crianças se estremeceu, pois o projeto em um primeiro momento se voltou mais para o trabalho com a terra, além do fato de que as pessoas que chegaram e passaram a frequentar este espaço também eram outras. Mas apesar disso, sempre víamos as crianças por perto, nos bairros e no campinho, de maneira que timidamente nós e elas fomos nos aproximando e se apresentando, até construirmos um vínculo de confiança e começarmos a passar tempo juntos.

Desde então, nos dias em que estamos na Horta, elas sempre aparecem perguntando sobre o que estamos fazendo e nos chamando para brincar com elas, para jogar bola, ir ao rio ou coletar frutas das árvores. Conversando com um dos integrantes da Horta ele pontuou que “o legal é que eles ficam com muita vontade de fazer alguma coisa, ficam ansiosos perguntando: Quando vocês vão vir?; Só sábado que vem? E a semana parecia que era um mês para eles, eles sempre falavam: vem amanhã! Pedindo mesmo.” Assim, sempre ficou muito evidente que as crianças passaram a fazer questão da nossa presença por lá, e que elas estão sempre dispostas a participar das atividades da Agrofloresta com nós.

Figura 22 - Criança irrigando muda de árvore



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Para integrá-los no manejo da Agrofloresta, separamos algumas atividades

específicas para que as crianças realizem, como regar as plantas, plantar sementes e mudas, cobrir o solo e ajudar a buscar o composto orgânico. E elas ficam muito entusiasmadas em ajudar, gostam de se sentir responsáveis e que confiamos nelas para realizar as atividades. Temos que estar sempre atentos, pois é só olhar para o outro lado que habilmente alguma delas já está manejando o facão podando as plantas, imitando o que viram nós fazendo.

Frequentemente, elas me convidam impetuosamente para ir até o rio, e sempre que possível eu as acompanho, levando abacates maduros para darmos aos cavalos que ficam amarrados em árvores no meio do caminho da Horta até o rio. O que mais interessa para eles ali é tentar pegar um peixe, seja com vara, sacola ou camiseta servindo como rede, ou mesmo com a mão. Ainda segundo o colega, não contentes com a atividade de pesca quando “a gente tá fazendo o almoço eles vêm e pedem uma faca para limpar o peixe, e aí eu vou lá e eu acompanho né. Vamo vê então. E eles limpam mesmo, tiram as escamas, abrem o peixe no meio, vai limpando... Pede para acender a fogueira, assam o peixe e comem! É doido a relação da infância né neste lugar”.

Figura 23 - Crianças pescando



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Figura 24 - Criança assando peixe na fogueira



Fonte: Acervo Horta Comunitária

Em muitas de suas ações, elas se mostram muito independentes, se comportando muitas vezes de maneira que parecem ser mais velhos do que realmente são, o que ocorre talvez pela necessidade de ter responsabilidades desde pequenos devido ao contexto social no qual estão inseridos. Através deste momentos que compartilhamos juntos muitas coisas sobre a vida deles acabam vindo à tona, tornando perceptível as dificuldades que essas

crianças enfrentam junto com suas famílias. “As crianças passam por uma grande violência ali no espaço, dá para perceber, tanto física, que a gente vê e percebe, como psicológica, às vezes aparecem com uma mudança de humor muito marcante”. E nesse sentido, a Horta contribui positivamente de alguma maneira dentro do cotidiano das crianças, seja fornecendo um espaço onde elas podem passar um tempo de qualidade, compartilhando conjuntamente de refeições e lanches, colhendo temperos, vegetais e frutas que elas levam para a casa ou somente brincando e conversando.

Acredito que através desses momentos de troca com as crianças tanto as nossas perspectivas, quanto as delas, se ampliam. Elas nos ensinam sobre este território, sobre amizade, sobre resiliência, e tornam com certeza os dias de trabalho mais agradáveis e divertidos, e em contrapartida, ao fazerem parte da história da Horta Comunitária, as crianças também aprendem sobre o cuidado com a terra, sobre alimentação saudável e sobre coletividade. De maneira que nesta relação se potencializa e se diversificam as atividades realizadas na Horta.

Pensando nelas, dentro do planejamento de ações da Horta daqui para frente, criamos um cronograma com oficinas que irão acontecer mensalmente, especificamente articuladas para as crianças. Entendemos que, assim, poderemos nos organizar melhor em relação às atividades que propomos para elas, criando dinâmicas lúdicas e educativas que façam com que as crianças se insiram cada vez mais na luta pela soberania alimentar e se abram a outras perspectivas e alternativas sobre suas próprias vidas.

Reconhecendo a autonomia e a agência das crianças, distanciando-nos da perspectiva tradicional sobre infância que empurra as crianças para um lugar de passividade e de inferioridade, construímos uma relação de aprendizado mútuo entre nós e elas. Muito também pela intenção e pelo sentido a partir do qual trabalhamos, que é o de buscar transformações duráveis a longo prazo, reconhecendo assim que os aprendizados que as crianças obtêm através da Horta Comunitária se alocam dentro delas como sementes, que germinarão e darão frutos no futuro.

Assim, agradeço profundamente às crianças, por cada momento compartilhado, por cada conversa, por cada abraço, e por assim, nos encherem de esperança e de força para seguirmos acreditando e trabalhando pela transformação radical da realidade.

Figura 25 - Crianças na cama-elástica



Fonte: Acervo Horta Comunitária

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção deste relato etnográfico sobre a Horta Comunitária, o deslocamento deste espaço, enquanto antes um local intrinsecamente conectado com a minha experiência pessoal, para passar a ser o meu campo de estudo, me levou a reflexão a respeito da minha escolha metodológica de utilizar a abordagem etnográfica, pois no momento da escrita se elucidou para mim o fato de que eu estava me aproximando metodologicamente também de uma auto-etnografia. Isso porque, em muitos momentos para além das minhas observações de quando escolhi a Horta como o meu objeto de estudo, a minha memória e as minhas percepções, anteriores a esse momento, foram imprescindíveis para a escrita do relato.

Dessa maneira, este trabalho se estruturou na soma da minha memória construída durante a experiência vivida nesses anos de trabalho na Horta Comunitária com a perspectiva dos outros integrantes da Horta. Assim, a voz desta narrativa é uma voz coletiva, na qual as minhas palavras dão as mãos às palavras das outras pessoas que constroem este espaço, para contar um pouco sobre o trabalho que realizamos coletivamente. O intuito de construir esse narrador plural, foi um dos motivos que me levou

a escolha de não citar os nomes das pessoas, e agregar suas falas no decorrer do texto de maneira que essas vozes individuais se diluíssem em um relato construído a partir da contribuição de várias pessoas.

Além disso, acredito que a escolha de relatar sobre a experiência dentro de um coletivo que se organiza de forma autônoma para fomentar ações que contribuam à soberania alimentar e popular, possa se configurar enquanto um impulso para que este tipo de movimento se amplie rizomaticamente em nossas cidades latino-americanas. Para que assim, continuemos a criar e aprimorar mecanismos de resistência à hostilidade com que as cidades recebem os indivíduos mais socialmente vulneráveis.

Finalmente, gostaria de pontuar novamente a maneira pela qual a organização comunitária de uma horta agroflorestal, que busca promover a autonomia popular como uma forma de resistência, pode ser compreendida a partir da ótica de decolonialidade, no sentido de se contrapor imperativamente a forma pela qual a realidade está organizada como consequência do processo de colonização que assolou este território que hoje denominados de América Latina. Isso porque, para além da Horta estar espacialmente e socialmente localizada na periferia de um centro urbano, os conhecimentos a partir dos quais a construção desta agrofloresta se torna possível, são tecnologias ancestrais que através da luta de resistência dos povos colonizados e escravizados estão à nossa disposição para seguirmos lutando contra esse sistema que nos impossibilita de ter acesso a uma alimentação saudável e segue nos matando de diversas maneiras.

Portanto, retomando o intuito de contribuir para a conceitualização do que denominei Urbanização do Ser, para além de representar a tentativa de ampliar o conceito da colonialidade às delimitações que a urbanização implica na nossa relação com a terra, com a comida e com a natureza, também é necessário incluir que dentro do processo de Urbanização do Ser se constituiu uma maneira específica de resistir, na qual indivíduos que compartilham de uma mesma realidade se movimentam para construir coletivamente mecanismos de sobrevivência.

Assim, podemos pensar a resistência urbana como constitutiva da urbanidade colonial, e entender que através dela travamos pequenas batalhas diárias dentro e a partir de nossos territórios que detêm a potencialidade de, desde a base, contribuir para a construção de uma realidade mais justa onde todos possam existir com dignidade

Figura 26 - Criança em dia de atividades na Horta Comunitária



Fonte: Acervo Horta Comunitária

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, Luís. **O processo que resultou na construção de Itaipu e as consequências para os ava-guarani**. Londrina, 2012. Disponível em: [Luiz_Barros.pdf](#). Acesso em 06/06/2024.
- BENVEGNÚ, V. C.; MANRIQUE, D. **Colonialidade alimentar? Alguns apontamentos para reflexão**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n1.76440>. Acesso em 09/07/2024.
- BOAVENTURA, Santos. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos CEBRAP, 2007.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2. ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1978.
- FELÍCIO, Carlos; FERREIRA, Joelson. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.
- GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HIRLE, Ediane. **Da transgressão à Etnografia: Experiências itinerantes no Território das Infâncias**. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Antropologia - diversidade cultural latino americana) - Universidade da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2023.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NAKANO, Anderson. **Desigualdades, segregações e relações de poder: um retrato das cidades brasileiras e o desafio da justiça socioespacial e socioambiental**. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, 17 nov. 2020. Disponível em: [Desigualdades, segregações e relações de poder: um retrato das cidades brasileiras e o desafio da justiça socioespacial e socioambiental. Entrevista especial com Anderson Kazuo Nakano - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#). Acesso em: 3 dez. 2024.
- OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37, 1996.
- ZANELLA, Flávia; PIRES, João; OLIVEIRA, Maria. **Costumes Alimentares dos Barrageiros da Itaipu residentes na Vila C**. Foz do Iguaçu (PR): Editora Parque Itaipu, 2012.